



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**LETÍCIA OLIVEIRA FEIJÃO GALVÃO**

**JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS NA GRANDE ARACAJU: OS  
COLETIVOS MUDE E SOCORRERIA ARTE URBANA**

São Cristóvão  
2021

LETÍCIA OLIVEIRA FEIJÃO GALVÃO

**JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS NA GRANDE ARACAJU:  
OS COLETIVOS MUDE E SOCORRERIA ARTE URBANA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel(a) em Ciências Sociais na Universidade Federal de Sergipe (UFS), Departamento de Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Frank Nilton Marcon

São Cristóvão  
2021

LETÍCIA OLIVEIRA FEIJÃO GALVÃO

**JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS NA GRANDE ARACAJU:  
OS COLETIVOS MUDE E SOCORRERIA ARTE URBANA**

Projeto apresentado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Ciências Sociais.

São Cristóvão, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Frank Nilton Marcon

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fernanda Rios Petrarca

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tâmara Maria de Oliveira

---

Me. João Víctor Pinto Santana (Suplente)

*Aos meus avós, George e Elizabeth.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Universidade Federal de Sergipe e aos corpos discente e docente do curso de Ciências Sociais. Agradeço ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica por contemplar-me durante vários semestres enquanto bolsista remunerada pelo CNPq.

Agradeço ao Prof. Dr. Frank Marcon pela orientação, desde o período de iniciação científica até a elaboração deste trabalho. Obrigada pela disponibilidade em me orientar, pela paciência e pelos ensinamentos que levarei comigo durante toda a minha trajetória acadêmica. Agradeço, também, ao Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (GERTs) pelo acolhimento e por todos os encontros e discussões proporcionados.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fernanda Petrarca pela orientação durante vários semestres no LEPP. Obrigada por me aceitar enquanto orientanda ainda no primeiro período do curso, e por me iniciar nos caminhos da pesquisa. Ter uma mulher como primeira orientadora foi muito significativo para mim.

À minha mãe, pelo companheirismo constante e por insistir que eu deveria cursar o que gosto. Aos meus avós, pelo cuidado com minha formação desde a infância. Ao meu pai e minha madrastra, por me apresentarem o universo da literatura. Ao meu irmão, por me inspirar a ter rigor e seriedade nos estudos. Aos meus gatos, por me proporcionarem todo o carinho possível diante de períodos difíceis.

A Marina, amiga-irmã que, mesmo distante, segue me lembrando de quem sou. Obrigada por me acompanhar durante esses quase vinte anos de amizade, por acompanhar todas as pessoas que já fui, e por ter sido a primeira pessoa a notar meu potencial. Também agradeço a tia Mônica e a Maroca, que foram como mães para mim durante todos esses anos, e a Elze, que foi como uma irmã mais velha.

A Bruno Henrique: colega de turma, amigo, companheiro. Obrigada por sempre estar presente, por ser paciente como ninguém. Pela cumplicidade, por todo o amor e referências bibliográficas compartilhadas. Pelo apreço genuíno que você tem por me ouvir, e pelo que eu tenho em te ouvir. Por toda a teoria social que discutimos, e pelas sugestões e contribuições trazidas a este trabalho. Por me confortar em períodos de dúvida e anseios em relação à pesquisa.

A Esmeraldo, ou Mel. Obrigada por sempre me mostrar caminhos novos no universo do Yoga que se refletem na minha vida pessoal, na forma como encaro o mundo. Obrigada por sempre me mostrar algo que posso melhorar na minha prática (quase) todos os dias.

Aos amigos que me acompanham desde Fortaleza: Vitória, Bruna, Mariana, Tati, Lara, Giovanni e tantos outros que fizeram parte deste percurso. Obrigada por ainda lembrarem de mim, e por sempre me lembrarem do lugar de onde venho.

Aos amigos que Aracaju me trouxe. Obrigada a Rayssa por ser uma das maiores amizades que já fiz. Pela compreensão, pelo carinho, pela disposição em sempre me ajudar das maneiras mais distintas possíveis. A Joles, minha primeira grande amiga na cidade. Obrigada por sempre me inspirar a ver a vida nos ângulos que só a arte proporciona. Obrigada por tantas ideias compartilhadas durante esses anos, e por todo o acolhimento. A Dudu, Nando, Danivia, Amanda, Jéssica e Nathália, pelo companheirismo e pela disposição constante em sair, conversar, estar juntos.

A Lucas e Henrique, amigos que a UFS me trouxe. Obrigada por tantos momentos divertidos e por tantas discussões interessantes. A Drica, colega de pesquisa que se tornou boa amiga. Obrigada por sempre me fazer rir e por me acompanhar em tantos textos, planilhas, entrevistas.

Agradeço também aos jovens que foram entrevistados para o presente trabalho, pelo tempo e disponibilidade para responder todas as questões. Obrigada por me mostrarem que a política também se reflete no cotidiano, e que ainda há um longo caminho a ser trilhado pelos direitos das juventudes.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa, que nunca é um trabalho puramente individual, mas feito em conjunto.

Muito obrigada.

“[...] o grande desafio para esta geração será como encontrar formas construtivas e eficazes de contribuir para a mudança e para o desenvolvimento económico, social e político das suas sociedades? Como transformar o dinamismo e a energia dos protestos de rua em presenças políticas e sociais ativas que contribuam para uma sociedade mais equitativa e justa que garanta um futuro melhor para os seus filhos? Mais ainda, como é que esta geração pensa e imagina uma nova arena política e social?

Alcinda Honwana

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso pretende analisar como dois coletivos juvenis (Coletivo Mude e Coletivo Socorreria Arte Urbana) reagem à situação de políticas públicas voltadas às juventudes na região da Grande Aracaju. Partindo da hipótese de que hoje existem novas formas de associação e participação juvenil devido a um decréscimo da confiança dos jovens na política partidária; a atuação política passa a estar ligada ao cotidiano e a pautas mais localizadas. As questões que são abordadas neste trabalho são as novas modalidades de participação política das juventudes e como os coletivos estudados inserem-se nesse contexto, problematizando a disponibilidade de políticas públicas voltadas aos jovens e o diálogo do poder público com os mesmos. Os procedimentos metodológicos utilizados se basearam na revisão da literatura sobre juventudes, políticas públicas, movimentos sociais e participação política, assim como a realização de entrevistas semiestruturadas com as lideranças dos coletivos MUDE e Socorreria Arte Urbana. A análise dos dados coletados se deu ao interpretar as transcrições das entrevistas a partir da literatura utilizada na temática, sendo utilizados os conceitos de Bourdieu (2015), Dubar (1998), Campos e Sarrouy (2020), Augusto (2008), Delgado (2013) e outros. Após esta etapa da pesquisa, foi possível constatar que as iniciativas culturais podem ser vistas como estratégias de engajamento das juventudes por parte dos coletivos estudados, que geram nos jovens perspectivas de agência diante da comunidade. Foi constatado, também, que ainda há um escasso contato do poder público com os coletivos juvenis para a elaboração e execução de políticas públicas eficazes.

**Palavras-chave:** Juventudes; Coletivos; Políticas Públicas; Grande Aracaju; Participação Política.



## **ABSTRACT**

This undergraduate thesis aims to analyze how two youth collectives (Coletivo Mude and Coletivo Socorreria Arte Urbana) react to the situation of public policies aimed at youth in the Greater Aracaju region. The present work is based on the hypothesis that today there are new forms of youth association and participation, due to a decrease in young people's confidence in party politics. Political action is now linked to the daily routine and to more localized guidelines or geared to the daily routine. The issues that are addressed in this work are the new modalities of political participation of youths and how the collectives studied are inserted in this context, questioning the availability of public policies aimed at the young public and the dialogue of the public authorities with them. The methodological procedures used were based on a review of the literature on youth, public policies, social movements and political participation, as well as semi-structured interviews with the leaders of the collectives. The analysis of the collected data occurred when collecting the transcripts of the interviews with the literature used in the theme, using the concepts of Bourdieu (2015), Dubar (1998), Campos and Sarrouy (2020), Augusto (2008), Delgado (2013) and others. After this stage of the research, it was possible to see that cultural initiatives can be seen as strategies for engaging youths on the part of the studied collectives that generate in the young perspectives of agency towards the community, as well as there is still little contact between the government and the youth collectives for the design and implementation of effective public policies.

**Keywords:** Youth; Collectives; Public Policies; Greater Aracaju; Political Participation.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ALPV** – Aliados Pelo Verso

**CCCS** – Centre for Contemporary Cultural Studies

**CENAM** – Centro de Atendimento ao Menor

**CONEJUVE** – Conselho Estadual da Juventude

**CONUNE** – Congresso da União Nacional dos Estudantes

**CREAS** - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

**DCE** – Diretório Central dos Estudantes

**DJ** – Disc Jockey

**MUDE** – Movimento Unificado Democrático Estudantil

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PDT** – Partido Democrático Trabalhista

**SECULT** - Secretaria de Estado da Cultura

**SEJESP** – Secretaria da Juventude e do Esporte

**UNE** – União Nacional dos Estudantes

**USES** – União Sergipana dos Estudantes Secundaristas

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b> – Quadro Demonstrativo de Coletivos na Grande Aracaju.....	45
----------------------------------------------------------------------------	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE JUVENTUDES, POLÍTICAS PÚBLICAS E AGÊNCIA POLÍTICA.....</b>	<b>20</b>
1.1 Estado da arte dos estudos sobre juventudes.....	21
1.2 As políticas públicas para juventudes no Brasil.....	26
1.3 Políticas públicas para as juventudes em Sergipe.....	30
1.4 Juventudes e novas formas de participação política.....	34
<b>CAPÍTULO II – COLETIVOS JUVENIS: ARTE, POLÍTICA E MECANISMOS DE CONTESTAÇÃO.....</b>	<b>38</b>
2.1 Coletivos como novas formas de organização política.....	39
2.2 Coletivos juvenis em Sergipe.....	43
2.3 Os coletivos MUDE e Socorreria Arte Urbana.....	47
<b>CAPÍTULO III – OS COLETIVOS MUDE E SOCORRERIA ARTE URBANA FRENTE À SITUAÇÃO DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE EM SERGIPE.....</b>	<b>53</b>
3.1. Trajetórias das lideranças dos coletivos.....	54
3.2. Formas de mobilização e de agências a partir do Coletivo MUDE.....	59
3.3. Formas de mobilização e de agências a partir do Coletivo Socorreria Arte Urbana.....	64
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>78</b>
ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS LÍDERES DOS COLETIVOS.....	78

## INTRODUÇÃO

Tornou-se comum afirmar que os jovens se afastam crescentemente da política, mas nem sempre nos perguntamos de que política se afastam.

(Nuno Miguel Augusto)

O presente trabalho se configura enquanto um desdobramento da pesquisa de iniciação científica (PIBIC) da qual participei enquanto bolsista voluntária entre 2019 e 2020. Nessa pesquisa, mapeamos a disponibilidade de políticas públicas voltadas à juventude no estado de Sergipe, bem como analisamos as formas de elaboração e execução das mesmas. Durante a condução da pesquisa, buscamos também dialogar com coletivos juvenis dos municípios mapeados para investigar sua participação no campo das políticas públicas. Nesse contexto, e também devido ao contato com a literatura especializada, percebi que tais coletivos, muitas vezes, adotam modalidades de ação política próprias, que unem a reivindicação de direitos a recursos que interagem com os estilos de vida dos jovens que são seu público-alvo.

Neste trabalho de conclusão de curso, procuro entender: como jovens de diferentes coletivos atuam, reivindicam e problematizam a garantia de políticas públicas para as juventudes na Grande Aracaju? A presente pesquisa se centraliza em coletivos que se mobilizam em torno da “cultura” (grupos que reivindicam seus direitos por meio da música, da arte, e da afirmação de determinados estilos de vida), e analisar como estes coletivos percebem a disponibilidade e a eficiência das políticas públicas voltadas aos mesmos, bem como quem são os representantes destes coletivos e como e por que se articulam com tais pautas públicas. Busco, também, verificar se o poder público chega às juventudes, se há um diálogo entre estas e os responsáveis pela elaboração e execução de tais políticas.

A justificativa para a condução do presente trabalho se dá mediante o interesse em estudar e entender melhor as demandas dos do presente, visto que são atores cada vez mais presentes na arena pública, e que têm passado a reivindicar seus direitos de forma cada vez mais plural, como será visto no decorrer desta monografia. Quais problemas as juventudes enfrentam? Como buscam solucioná-los? Como estabelecem uma comunicação com a sociedade e com o poder público, e como este chega até eles? As políticas de juventude propostas pelas prefeituras e pelo governo estadual os contemplam enquanto jovens e cidadãos? Quem são socialmente estes jovens que se organizam coletivamente e como expressam suas agências? Estas são algumas das questões que esta pesquisa busca responder. Segundo o

diagnóstico Retratos da Juventude realizado pelo Conselho Estadual da Juventude de Sergipe (CONEJUVE)<sup>1</sup> em 2020, são 600 mil os jovens sergipanos. Em termos nacionais, de acordo com o IBGE, a população de 15 a 29 anos é de 50 milhões de pessoas, segundo a pesquisa PNAD Contínua 2019<sup>2</sup>. Tais dados apontam que os jovens no Brasil compõem uma parcela significativa da população, e evidenciam a necessidade de serem feitas produções acadêmicas voltadas à compreensão desta categoria social na contemporaneidade.

Além dos dados expostos, é pertinente observar que há uma crescente tematização das juventudes dentro das ciências sociais. Os estudos sobre juventudes têm adquirido relevância ao tratar as formas como os jovens se manifestam cultural e politicamente (por vezes unindo estas duas variáveis) nas sociedades contemporâneas, opondo-se a discursos no campo do senso comum que classificam as juventudes enquanto apáticas ou desvinculadas da ação política. Vale destacar os estudos sobre culturas juvenis (PAIS, 2003; FEIXA, 1998; DIÓGENES, 2020; FREIRE FILHO, 2005), que mostram como, por meio da sociabilidade, das práticas das expressões simbólicas, as juventudes passam a se distinguir de outros grupos culturalmente, por meio do comportamento, vestimenta, linguagem e outros elementos.

O fenômeno das culturas juvenis (ou subculturas, como classificadas inicialmente pela Escola de Birmingham na década de 1970) passa a ser observado a partir do pós-guerra, com o surgimento de um mercado voltado ao público jovem e a segmentação da juventude em grupos aglutinados por hábitos de consumo e estilos vida em comum. Groppo (2017) situa os estudos sobre juventudes como iniciados em uma perspectiva estrutural-funcionalista, nos anos 1940, questionados a partir das chamadas teorias críticas da juventude, nos anos 1970, e posteriormente revistos pelo que o autor classificou como estudos pós-críticos de juventudes. Atualmente, os estudos contemporâneos sobre juventudes enfatizam a construção de agências por parte destes sujeitos.<sup>3</sup>

Os estudos mencionados acima também dialogam com discussões sobre cidadania, agência política e políticas públicas (SPOSITO e CARRANO, 2003; ABRAMO, 1997; PAIS, 2005; MALFITANO, 2011; GROPPPO, 2017; SILVA, 2019; CAMPOS e SARROUY, 2020, TOMMASI e CORROCHANO, 2020). Nesta literatura, os autores evidenciam como o poder

---

<sup>1</sup> O Diagnóstico Retratos da Juventude foi uma pesquisa realizada pelo CONEJUVE a nível estadual para compreender a multiplicidade de experiências juvenis em Sergipe, sendo realizado de maneira virtual. A pesquisa contemplou cerca de 9 mil jovens sergipanos.

<sup>2</sup> Informações disponíveis em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Último acesso em 15/02/2020.

<sup>3</sup> A noção de agência será aprofundada no terceiro capítulo da presente monografia, a partir das discussões estabelecidas por Ortner (2006).

público entende as juventudes e como elabora políticas para tais grupos, questionando a abrangência das políticas públicas, bem como a maneira como o Estado enxerga os jovens. Tendo estas observações em vista, deve-se salientar que os autores de tais linhas de pesquisa também enfatizam as formas com que os jovens buscam construir e reivindicar sua presença no espaço público. É pertinente apontar, também, que ainda há poucos estudos sobre as relações entre juventudes e políticas públicas no estado de Sergipe. A presente monografia, portanto, busca trazer contribuições para este campo de estudos.

Quanto às implicações sociais das questões mencionadas acima, é relevante mencionar que as juventudes têm se posicionado em seus próprios termos enquanto agentes de mudanças sociais, seja em questões implicadas por desigualdades de gênero, de classe, relações étnico-raciais, ou mesmo questões ambientais, entre outras envolvendo economia, política e cultura. Como visto por Campos e Sarrouy (2020), o diferencial entre o fazer político da juventude do tempo presente e o das gerações anteriores se dá por meio de uma “gradual fragmentação e individualização da ação política” (CAMPOS; SARROUY, 2020), que pode ser observada em fenômenos no âmbito da micropolítica (como as *life politics*, ou políticas de vida). Condutas individuais, relacionadas a estilos de vida, passam a ser tão importantes para estas juventudes quanto outras estratégias de ação política o eram para as gerações passadas. Além disso, como observam os autores, a utilização de recursos estéticos aliados a manifestações políticas, mergulhando na esfera da criatividade, é um elemento distintivo geracional das juventudes contemporâneas. Esta questão em específico pode ser explorada ao pesquisar as formas de atuação política de coletivos juvenis voltados à cultura, que se utilizam de tais iniciativas para obter engajamento.

É importante salientar que as juventudes estudadas não se limitam apenas à manifestação político-ideológica por meio de ações individuais. A partir de fenômenos como as greves estudantis ocorridas em diversos países devido às mudanças climáticas, e, no Brasil, as manifestações de junho de 2013 e as ocupações às escolas do ensino público em 2016, é possível exemplificar movimentos de reivindicação ativa e coletiva por direitos que ocorreram nos últimos anos. Estes movimentos devem ser considerados por mostrarem novas formas de a juventude reivindicar, muitas vezes por meio de recursos simbólicos específicos, o que entendem por cidadania. Em momentos em que o poder público não atende a todas as demandas propostas pelos jovens, é necessário entender os meios que estes utilizam para serem legitimados enquanto sujeitos políticos.

Como discutido acima, os diversos tipos de mobilização mencionados surgem mediante um cenário de baixa adesão das juventudes à participação política de maneira “convencional”. Nesse sentido, se consolida a atuação dos chamados coletivos, que ao mesmo tempo em que rejeitam moldes tradicionais da política, reivindicam questões sociais e partir de novas estratégias, que por vezes atuam através das práticas culturais e dos estilos de vida dos jovens. Partindo deste ponto, além de estudar as novas formas de atuação política das juventudes, também cabe a esta pesquisa investigar as estratégias de cada um dos coletivos escolhidos e as formas que o poder público encontra de acessar as juventudes por meio das políticas públicas, e se estas políticas atingem os jovens de fato.

Nesse contexto inserem-se o Coletivo MUDE e o Coletivo Socorreria Arte Urbana, organizações feitas por jovens que reivindicam pautas políticas a partir da temática cultural, através do movimento estudantil e da arte de rua. Ambos têm como público-alvo jovens de camadas populares e intervêm no cotidiano destes através de práticas educativas e pedagógicas, no primeiro caso, ou artísticas, no segundo caso. Tais coletivos são apenas uma fração da diversidade de associações desse tipo, encontradas na América Latina, no Brasil e em Sergipe, e nesta pesquisa figuram como exemplos para pensarmos a temática em uma perspectiva que contemple as novas formas de participação política juvenil.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender como se dão as disputas por políticas públicas para as juventudes e como os jovens de dois coletivos (MUDE e Socorreria Arte Urbana) reivindicam e problematizam a garantia destas políticas na Grande Aracaju. Os objetivos específicos são: 1) Identificar quais as formas de atuação dos coletivos MUDE e Socorreria Arte Urbana, bem como quais são as formas de reivindicação e formas de participação destes coletivos na arena pública; 2) Verificar como são pensadas e realizadas as políticas públicas para as juventudes por parte do poder público na Grande Aracaju; 3) Destacar as trajetórias dos representantes dos coletivos MUDE e Socorreria; 4) Identificar como as iniciativas dos coletivos estudados constroem formas de reivindicação por direitos das juventudes.

A metodologia utilizada neste projeto foi pensada de forma que relacione os aportes teóricos com as informações obtidas na parte empírica da pesquisa. Em um primeiro momento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do tema Juventudes e Políticas Públicas, para possibilitar uma discussão sobre o estado da arte dos estudos sobre juventudes no Brasil e em Sergipe. Tal bibliografia comporta questões como o que é juventude, como esta é entendida enquanto categoria social, qual sua relação com a elaboração de políticas públicas e como essas



duas temáticas se interseccionam. Assim, foi possível estabelecer um marco teórico que serve de apoio para esta pesquisa.

A revisão da bibliografia foi feita ao relacionar os conceitos propostos pelos autores, bem como suas observações sobre o que entendem por juventudes e políticas públicas, à temática da presente pesquisa. Questões sobre agência política, protagonismo e novas formas de participação juvenil foram discutidas, apontando os direcionamentos tomados pelos autores utilizados e como estas questões se refletem nas realidades estudadas no presente trabalho.

Em seguida, foi realizado o levantamento dos dados utilizados nesta pesquisa. Este levantamento se deu por meio do mapeamento dos coletivos através das redes sociais (Instagram, Facebook, WhatsApp). Neste mapeamento, coletei dados acerca de 19 coletivos juvenis da região metropolitana de Aracaju. Contudo, os coletivos MUDE e Socorreria Arte Urbana foram escolhidos enquanto delimitação da presente pesquisa devido aos seus históricos de amplo envolvimento com causas voltadas à juventude, sendo o Coletivo MUDE focado em pautas específicas do movimento estudantil e o Coletivo Socorreria Arte Urbana em iniciativas voltadas à comunidade do município de Nossa Senhora do Socorro, ambos atravessados pela tema da cultura.

Além do mais, o Coletivo MUDE e o Coletivo Socorreria Arte Urbana foram escolhidos como objeto da presente pesquisa por serem coletivos cujas iniciativas apresentam uma abrangência considerável, visto que o primeiro conta com apoio de setores do movimento estudantil (tendo já sido representado em eventos de grande porte como o 57º Congresso da UNE<sup>4</sup> – CONUNE), assim como já participou da implementação de políticas públicas<sup>5</sup>, e o segundo apresenta um histórico de atuação com jovens em situação de vulnerabilidade em escolas e entidades de atendimento socioeducativo, através dos recursos da arte de rua.

Após feito o mapeamento dos coletivos, foi realizado o trabalho de campo. O período de isolamento social em virtude da COVID-19 inviabilizou adentrar ao campo de maneira presencial, como tradicionalmente feito nos estudos sobre juventudes (e nas ciências sociais, de maneira geral). Levando isto em conta, foi necessário adotar novas estratégias de pesquisa de coleta e registros de informações diretas que ainda pudessem contemplar o contato com os jovens e representantes de coletivos que compõem o objeto deste trabalho. O método escolhido

---

<sup>4</sup> UNE é a sigla referente à União Nacional dos Estudantes, organização estudantil responsável por representar alunos do ensino superior brasileiro.

<sup>5</sup> Cabe mencionar a parceria do coletivo com o vereador Professor Bittencourt (PCdoB), firmada em 2018, com o intuito de ofertar cursos de qualificação a jovens secundaristas de 15 a 29 anos. Informações disponíveis em: <https://aracaju.se.leg.br/institucional/noticias/parceria-entre-bittencourt-e-coletivo-mude-ofertara-cursos-aos-estudantes-sergipanos>. Último acesso em 25/11/2020.

para a coleta de dados foi a realização de entrevistas, e, pensando nestas implicações, as mesmas foram conduzidas por meios virtuais. Nesta etapa da pesquisa, foi entrevistado pelo menos um representante de cada um dos coletivos selecionados. Com as entrevistas, foi possível visualizar de forma mais clara os direcionamentos de cada organização e suas áreas de atuação, bem como suas posições frente à situação das políticas de juventude na Grande Aracaju.

Além disso, as entrevistas são formas de ouvir diretamente os interlocutores, tornando possível compreender suas demandas e percepções acerca da realidade das políticas públicas na Grande Aracaju, bem como ouvir sobre suas trajetórias de vida e seus entendimentos sobre ser jovem. Como sugere Machado Pais (2003, p. 101), a função da entrevista é “chegar ao desconhecido, ao ‘não visto’, ou melhor dizendo, somente ao ‘entrevisto’. O entrevistado é justamente o ‘visto imperfeitamente’, o ‘mal visado’, ou apenas ‘previsto’ ou ‘pressentido’”. Dessa maneira, ao analisar os discursos dos interlocutores, é possível chegar a conclusões relevantes sobre a problemática da presente pesquisa.

As entrevistas compreenderam temas como: o que os representantes dos coletivos entendem por políticas públicas, como observam o cenário destas políticas na região, e como atuam por meio dos coletivos visando garantias sociais. Foram realizadas pelas plataformas Google Meet e Whatsapp e gravadas para uma análise posterior das informações selecionadas, com a devida permissão dos entrevistados. Nesta análise, de caráter qualitativo, busquei investigar como os discursos dos entrevistados refletem suas visões acerca das modalidades de ação política dos coletivos, da realidade das políticas públicas na Grande Aracaju, bem como quais os dilemas e percalços vivenciados pelos coletivos e como tais informações dialogam com os eixos da presente pesquisa (juventudes, políticas públicas, coletivos juvenis e participação política).

Terminado o momento de análise dos dados, o texto final foi composto por três capítulos. No primeiro, de ordem teórica, apresento como a juventude foi retratada pelas ciências sociais com o passar dos anos e também os paradigmas de tais estudos na contemporaneidade. Dividi esta seção em quatro subtópicos: no primeiro, construí um panorama geral da temática, abordei como a juventude é entendida enquanto categoria social e tracei uma “linha do tempo” dos estudos sobre juventudes; no segundo evidenciei a relação entre juventudes e políticas públicas por meio da literatura disponível sobre o tema; no terceiro subtópico, apresentei a literatura produzida no Estado de Sergipe sobre juventudes e políticas públicas, e no quarto e último subtópico, teci algumas considerações sobre juventudes e participação política.

No segundo capítulo do presente trabalho de conclusão curso, busquei contextualizar a discussão sobre os coletivos juvenis como mecanismos de contestação política, evidenciando a relação destes com a reivindicação de direitos por parte das juventudes e situando alguns coletivos juvenis no estado de Sergipe. Por último, apresento o terceiro capítulo, com recortes mais detalhados e empíricos, evidenciando como os coletivos MUDE e Socorreria Arte Urbana e seus representantes têm atuado diante das demandas das juventudes na Grande Aracaju. Neste capítulo, também pretendo abordar as trajetórias dos jovens que estão à frente dos coletivos, a fim de evidenciar sua relação com sua consolidação enquanto figuras de liderança, bem como sua relação com a reivindicação de direitos e modalidades de ação política no contexto estudado.

Nas considerações finais, trarei uma revisão das discussões bibliográficas iniciadas no primeiro capítulo, das observações sobre o fenômeno dos coletivos tratadas no segundo capítulo, bem como apresentarei conclusões acerca da problemática das políticas públicas para as juventudes e da relação destas com os coletivos MUDE e Socorreria, temas contemplados no terceiro capítulo. Por fim, trarei uma reflexão crítica acerca da situação de políticas públicas na Grande Aracaju e de como as juventudes podem exercer um papel fundamental no processo de consolidação de tais políticas.

## **1. CAPÍTULO I – Considerações teóricas sobre juventudes, políticas públicas e agência política**

Para uma melhor contextualização da temática que engloba a presente pesquisa, considero necessário perpassar as discussões vigentes no campo das juventudes, das políticas públicas e das intersecções entre estes dois campos de estudos. A fim de organizar tais considerações, dividi o primeiro capítulo deste trabalho em quatro subtópicos.

No primeiro subtópico, situo o estado da arte dos estudos sobre juventudes no Brasil e em outros países que também apresentam discussões sobre este tema. Para delinear o percurso de tais estudos, buscarei levantar desde as primeiras conceitualizações sociológicas e antropológicas sobre o papel dos jovens na sociedade até discussões mais atuais, que problematizam questões como os dilemas entre agência e estrutura frente aos diversos percalços enfrentados pelas juventudes.

No segundo subtópico, buscarei me aprofundar na situação das políticas públicas para juventudes no Brasil: em que contextos surgiram e como se apresentam no presente momento. Nesse contexto, buscarei evidenciar quais áreas eram prioritárias nos primeiros anos da elaboração de políticas de juventudes no Brasil, bem como levantar discussões sobre as tematizações das juventudes pelo poder público.

Já no terceiro subtópico, me dedicarei às particularidades das políticas de juventudes em Sergipe, visando analisar como estão distribuídas, quais formas tomaram estas políticas em diferentes governos, qual a situação das mesmas no presente momento e quais são os órgãos responsáveis por representar as juventudes no estado. Traçar um histórico das políticas públicas voltadas à juventude em Sergipe é imprescindível para compreender em que contextos atuam os coletivos MUDE e Socorreria Arte Urbana.

Por fim, o quarto subtópico visa tecer considerações acerca das novas modalidades de agência política por parte das juventudes, levando em conta o processo de desinstitucionalização das práticas políticas juvenis. Dessa maneira, me dedicarei a evidenciar algumas das formas de participação política das juventudes que foram documentadas pela literatura especializada. Neste subtópico, parto da hipótese de que a participação política juvenil não declinou; pelo contrário, as novas modalidades de atuação na arena política indicam uma mudança de paradigmas no contexto das juventudes que aponta para o surgimento de novas formas de se entender o fazer político.

## **1.1 Estado da arte dos estudos sobre juventudes**

A juventude enquanto tema de pesquisa é uma área de cunho interdisciplinar, estando presente em discussões da Psicologia, do Direito, da Educação, do Serviço Social, da História e das Ciências Sociais. Para dar início a uma discussão sobre juventudes, políticas públicas e coletivos juvenis dentro das Ciências Sociais, é necessário traçar a trajetória de tais estudos. Groppo (2017), no artigo *Juventudes e Políticas Públicas*, mostra como a juventude foi retratada teoricamente com o passar dos anos. As primeiras teorias sociológicas da juventude, como classificadas pelo autor, tinham como ponto de apoio o estrutural-funcionalismo de Talcott Parsons. Estas teorias assimilavam a juventude como um período natural e universal, sendo, antes de tudo, uma fase de transição para a vida adulta. Dessa maneira, os jovens não geravam interesse enquanto objeto de estudo pelo que eram de fato, mas pelo que poderiam se tornar algum dia. Tais categorizações, ao entender a juventude enquanto experiência de uma dada etapa da vida e como condição social de existência, acabavam por não apresentar uma postura crítica às estruturas sociais - manifestas principalmente pelas instituições, a exemplo da escola no caso dos jovens (GROPPO, 2017).

Em contraponto à perspectiva estrutural-funcionalista, surgem as chamadas teorias críticas da juventude, por volta da segunda metade do século XX. Ainda segundo Groppo (2017), estas teorias possuíam um caráter reformista e outro revolucionário. A primeira categoria compreendia a teoria das gerações de Mannheim (1982) e a noção de moratória social de Erikson (1968). A corrente geracional dos estudos sobre juventudes se centraliza no entendimento da juventude enquanto fase da vida, representando uma unidade etária que entraria em conflito com gerações anteriores a partir de “descontinuidades intergeracionais” (PAIS, 2003, p. 48). Estas descontinuidades seriam a quebra, por parte dos jovens, de valores passados pelas gerações anteriores, e seriam uma categoria-base para o entendimento da juventude enquanto “geração social”. (PAIS, 2003, p. 48). Os teóricos da corrente geracional também assumiram a existência de uma ideia de cultura juvenil que se posicionaria em contraponto às culturas que exerceriam o papel hegemônico na sociedade, ou ainda como particularidade da cultura geral.

As teorias de caráter “revolucionário”, por sua vez, se enquadram no que Pais (2003) compreende por teorias “classistas” da juventude. A corrente classista dos estudos sobre juventudes, como nota Pais (2003, p. 61), entende as culturas juvenis como respostas de uma

mesma classe a processos de desigualdades sociais. A produção simbólica dos jovens associados a grupos de estilo seria uma forma de contestação das classes dominantes baseada em “diferenças interclassistas” (PAIS, 2003, p. 62). Dessa maneira, as culturas juvenis seriam, sobretudo, manifestações das relações de poder implicadas por questões etárias e de classe.

Os estudos do CCCS (Centre for Contemporary Cultural Studies) da Universidade de Birmingham foram responsáveis por apresentar tanto elementos da corrente geracional quanto da corrente classista ao pensar as juventudes britânicas. A obra *Resistance Through Rituals: youth subcultures in post-war Britain*, organizada por Jefferson e Hall (2003), se estende sobre o fenômeno das chamadas subculturas juvenis, que seriam formas ritualizadas de os jovens, por meio de grupos orientados por estilos de vida em comum, negociarem e contestarem imposições das chamadas “culturas paternas” como expressão hegemônica da cultura.

Segundo Groppo (2017),

Contra a interpretação simplificadora de que havia mero processo de homogeneização, igualando estilos de vida de classes populares, médias e altas, os estudos culturais valorizam a ação criadora e combinatória dos sujeitos. Era uma das primeiras sistematizações da sociologia da juventude em que a diversidade, a criatividade e a capacidade rebelde dos grupos juvenis não institucionalizados ganhava sinal positivo. (GROPPO, 2017, p. 11)

Os estudos do CCCS de Birmingham, como mencionado, possibilitaram a intersecção dos paradigmas classista e geracional. As teorias classistas são acionadas ao perceber grupos juvenis (que se diferenciavam dentro de um mesmo recorte etário) como recursos de resistência, bem como apresentavam uma ritualização da estética ligada a conflitos de classe. As categorias utilizadas pelas teorias geracionais são vistas ao estudar as chamadas subculturas como respostas das juventudes frente a uma cultura paterna dominante, evidenciando discontinuidades intergeracionais. Como posto acima, por meio das constatações de Groppo (2017), os trabalhos do CCCS foram pioneiros ao analisar as juventudes para além de moldes do senso comum, da mídia e de teorizações que limitassem as práticas juvenis a problemas sociais.

Posteriormente, surgem os chamados estudos pós-críticos de juventudes, também conhecidos como estudos pós-subculturais (FREIRE FILHO, 2005). Os autores contemporâneos que se aprofundam no campo das juventudes se orientam por pontos de vista que consideram a diversidade de realidades juvenis, assim como a agência que os jovens possuem de atuar, segundo critérios construídos pelos mesmos, nos contextos em que vivem. Dessa maneira, são construídos seus próprios discursos e visões de mundo, encaminhando a

discussão para a compreensão não de uma juventude unificada, enquanto fase universal da vida, mas sim de juventudes no plural, que produzem “múltiplas e ativas socializações” (GROPPO, 2017).

Enquadram-se nesta categoria os estudos de Pais (2003) e Feixa (1998), que têm como objeto de estudo as culturas juvenis de Portugal e da Espanha e que trazem contribuições tanto sociológicas quanto antropológicas para pensar as juventudes na atualidade. Estes autores contemplam a diversidade de discursos, práticas e visões de mundo por parte de distintos grupos formados por jovens, percebendo, portanto, que é necessário entender a juventude como aparente unidade, quando referida a uma fase da vida, e como diversidade, quando estão em jogo “diferentes atributos sociais que fazem distinguir os jovens uns dos outros” (PAIS, 2003, p. 42).

Neste caso, a juventude se torna plural quando diferentes problemáticas e modelos de identificação social (PAIS, 2003) fazem parte do que, teoricamente, representaria um mesmo grupo etário. Em uma sociedade permeada por diversas relações de trabalho, modalidades de consumo e estilos de vida, as juventudes respondem a esta conjuntura através de suas próprias configurações culturais. Dessa forma, é possível constatar que no presente momento, como aponta Pais (2003), a juventude não é pensada pelas ciências sociais como uma categoria social homogênea.

Cabe levantar, também, uma discussão sobre o tema da juventude enquanto categoria social de “transição”. Margaret Mead (2015), no início do século XX, percebe como categorias associadas à juventude pelo senso comum ocidental são, na verdade, resultado de variáveis sociais. Por meio de um estudo dos processos de amadurecimento das adolescentes samoanas, Mead nota que estas divergiam consideravelmente das norte-americanas quanto a questões envolvendo a vida afetiva e sexual. Dessa maneira, a antropóloga deu início a uma série de discussões sobre a raiz social dos fenômenos que caracterizam a juventude. Feixa (1998) mostra que a noção que temos da juventude enquanto etapa da vida pode ser entendida enquanto etapa de transição por diversas culturas, em diversos períodos históricos, bem como pelas correntes antropológicas que as estudaram. O autor mostra como esta fase da vida é frequentemente associada a ritos de iniciação, que distinguem a infância da idade adulta que está por vir; como evidencia a partir de Lévi-Strauss (1989), a adolescência passa a estar vinculada à visão de um “segundo nascimento” (FEIXA, 1998, p. 21).

Nas sociedades ocidentais, cabe mencionar a construção da infância e da adolescência como etapas da vida separadas da idade adulta (ARIÈS, 1995). A segregação da criança e do

adolescente ao ambiente escolar representa um papel importante nesse contexto, sendo, como define Ariès (1995), o fenômeno que deu origem à juventude como a conhecemos hoje. Como observa Feixa (1998, p. 37), “la institución escolar deja de estar reservada a los clérigos para convertirse en un instrumento normal de iniciación social, que empieza a sustituir al aprendizaje y a los tutores contratados por las familias.”. O estrutural-funcionalismo, na década de 1940, passa a estudar como nesses ambientes surge um universo de significados e práticas sociais específico dos estudantes – uma categoria cultural própria (FEIXA, 1998). Para os teóricos de tal corrente, as instituições escolares passam a ser facilitadoras dos processos de transição vividos na adolescência.

Posteriormente, os estudos culturais de Birmingham também tratam das subculturas juvenis frente à transição entre adolescência e vida adulta no contexto do pós-guerra, embora de maneira a estabelecer contrapontos. A lógica subcultural, então, “lejos de constituir un improvisado *rite de passage* a la sociedad adulta, como algunos antropólogos señalan, es precisamente una defensa colectiva y altamente ritualizada contra esta transición.” (COHEN apud FEIXA, 1972, p. 26). As subculturas juvenis, nesse sentido, seriam pontos de resistência frente às implicações sociais de deixar de ser jovem e se tornar adulto. Como é possível ver através das teorizações mencionadas acima, as temáticas da iniciação e da transição à vida adulta foram relacionadas à adolescência e à juventude em uma diversidade de períodos históricos, bem como de correntes sociológicas e antropológicas.

As discussões contemporâneas sobre a juventude como estágio de transição, por sua vez, podem ser evidenciadas de maneira particular a partir de trabalhos como os de Honwana (2014), que trabalha o termo *waithood*<sup>6</sup> para se referir ao período de transição vivido pelos jovens africanos, como uma “zona de penumbra” entre a adolescência e a idade adulta. Segundo a autora,

*Waithood*, como conceito, foi inicialmente usado por Dianne Singerman (2007) no seu estudo sobre o casamento e a crise de desemprego jovem no Médio Oriente. *Waithood*, de facto, capta de forma vívida este estágio intermédio em que os jovens vêm se aprisionados num prolongado estado de “juventude” e com sérias dificuldades de aceder ao estatuto social de “adulto”. *Waithood* também evidencia a realidade multifacetada da difícil transição que os jovens enfrentam, que vai para além de garantir um emprego e estende-se a vários aspectos da sua vida social e política. (HONWANA, 2014, p. 401)

---

<sup>6</sup> O termo *waithood*, segundo Honwana (2014), é uma união do termo da língua inglesa *wait*, que significa espera, com o sufixo *hood*, utilizado em termos referentes a fases da vida, como em *childhood* ou *adulthood* (infância e idade adulta, respectivamente). Significa, portanto, uma “idade da espera” associada à juventude.



Honwana (2014) se estende sobre as múltiplas dificuldades vivenciadas pelos jovens moçambicanos, senegaleses, sul-africanos e tunisianos no caminho em direção à vida adulta. Como visto pela autora e também por Pais (2003), os obstáculos encontrados ao buscar uma inserção profissional e independência financeira em relação à família são exemplos; o mercado de trabalho já se encontra ocupado por gerações anteriores, e em decorrência desse fenômeno os jovens precisam optar por outras alternativas. O aumento do tempo de escolarização e a permanência mais longa na casa dos pais é um exemplo de tais alternativas frente a uma escassez de oportunidades, evidenciando o prolongado estado de juventude mencionado por Honwana (2014).

Nesse sentido, cabe iniciar uma discussão sobre os dilemas entre agência e estrutura localizados na transição entre juventude e vida adulta. Tanto Honwana (2014) quanto Marcon (2019) percebem a existência de processos estruturais que dificultam o alcance da independência pelos jovens, mas também evidenciam recursos utilizados pelos mesmos frente a contextos que não os favorecem. Um exemplo disso é a atuação dos jovens na arena política, que problematizam tal realidade a partir de seus próprios recursos, como visto por ambos os autores ao mencionarem movimentos por parte das juventudes responsáveis por se contrapor a governos insatisfatórios na África.

Segundo Honwana (2014, p. 404), os jovens que fazem parte da *waithood* “desenvolvem os seus próprios espaços de ação. Eles criam novas formas e esquemas de vida à margem das estruturas dominantes, a partir das quais tentam subverter a autoridade e o aparato legal criado pelo Estado.” Marcon (2019), por sua vez, ao mencionar o caso dos Jovens Revolucionários em Angola (Revús), percebe uma diversidade de modalidades de protesto que se ancoram a novas formas de agência, mediadas sobretudo pelas tecnologias digitais. Nas palavras do autor, tais tecnologias “possibilitaram em alguma medida a agência política, econômica e social de uma maioria jovem que enfrentava e enfrenta as dificuldades de se constituírem como sujeitos plenos em meio a contextos de extremas dificuldades e escassez” (MARCON, 2019, p. 199).

Tendo em vista as considerações e reflexões feitas acima, que conceitualizam a juventude dentro das ciências sociais, bem como problematizam os entraves vivenciados pelos jovens e evidenciam as dinâmicas políticas, econômicas e culturais elaboradas pelos mesmos, é necessário entender também como o poder público responde às demandas das juventudes no Brasil, e mais especificamente no estado de Sergipe.

## **1.2 As políticas públicas para juventudes no Brasil**

Tendo conceituado as formas com que a juventude foi trabalhada no passado e na contemporaneidade pelas Ciências Sociais, é possível iniciar uma discussão que relacione a temática das juventudes com a das políticas públicas. Primeiramente, a política pública é entendida como o “conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos” (RUA apud SPOSITO; CARRANO, 2003) que, segundo Sposito e Carrano (2003), possui a presença do aparelho público-estatal em suas definições. Nas palavras destes mesmos autores, a política pública “não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição.” (SPOSITO; CARRANO, 2003). Dessa forma, podemos entender a política pública como uma série de iniciativas por parte de órgãos públicos que visam algum fim específico, em geral relacionados à sociedade civil.

Internacionalmente, as primeiras mobilizações que visaram compreender as necessidades e particularidades das juventudes se deram a partir de 1985, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o Ano Mundial da Juventude, cujo lema foi “Participação, Desenvolvimento e Paz” (ONU, 1985). Por meio desta iniciativa, a ONU buscou reconhecer a importância de os jovens articularem o futuro da humanidade (ONU, 1985), ressaltando a relevância de sua participação ativa e direta a nível local, regional e nacional. Pode-se considerar, portanto, o Ano Mundial da Juventude proposto pela ONU como um ponto de partida para a reivindicação de políticas de juventude em uma escala global - o que significou o reconhecimento do ser jovem e da juventude como condição etária e como categoria social de direitos.

No Brasil, segundo Sposito e Carrano (2003), as políticas públicas voltadas especificamente à juventude surgem a partir da década de 1990. Antes disso, as políticas existentes que atingiam os jovens estavam direcionadas transversalmente às demais faixas etárias, por abranger outras modalidades de recortes sociais, não sendo a juventude, portanto, uma condição específica ou os jovens um grupo específico objeto de tais políticas. Os autores, no artigo “Juventudes e Políticas Públicas no Brasil” (CARRANO; SPOSITO, 2003), comentam que grande parte das políticas voltadas à juventude a partir do período mencionado se posicionavam enquanto facilitadoras do processo de integração dos jovens ao mundo adulto, tendo como foco jovens em situações de vulnerabilidade.

Em contraponto às proposições da ONU, é possível perceber um atraso na elaboração e no debate sobre políticas públicas para a juventude dentro da realidade brasileira. Como posto

acima, as primeiras políticas para juventudes do Brasil surgem apenas na década seguinte às primeiras mobilizações internacionais em prol deste público. Não obstante, quando surgem, ainda se apoiavam em concepções que visavam a resolução de “problemas” sociais, sendo comum adotar o conceito de “risco social” (SPOSITO e CARRANO, 2003) ao se referir a determinados contextos vivenciados pelas juventudes.

Helena Abramo (1997), no artigo “Tematização Social da Juventude no Brasil”, problematiza a forma como a juventude foi tematizada nas iniciativas voltadas à mesma durante o século XX. Para a autora, houve uma dificuldade por parte do poder público em compreender os jovens enquanto sujeitos (ABRAMO, 1997), na linha de que jovens devem ser tutelados, por estarem em desenvolvimento ou pela falta de maturidade. Adentrando uma discussão que problematiza os jovens como constantemente relacionados a problemas sociais, a socióloga percebe que a juventude só é relacionada à noção de cidadania quando atrelada a questões de violência, criminalidade, como alvo de denúncias por parte da sociedade civil.

Nesse sentido, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, foi um marco no avanço de políticas sociais voltadas à infância e à juventude, bem como um avanço na maneira de o Estado enxergar as juventudes. A partir do Estatuto, programas são criados apoiados na noção de cidadania, noção esta que visa proteger integralmente crianças e jovens. Segundo Diógenes (2009), em virtude do Estatuto,

a natureza meramente punitiva, disciplinadora, que regia o código de menores (Lei n. 6.679, de 1979) e que se referendava na ideia de “situação irregular”, assume outra perspectiva e considera que o adolescente em conflito com a Lei encontra-se em “situação peculiar de desenvolvimento” e, conseqüentemente, como sujeito capaz de ressignificar suas experiências e transmutá-las. (DIÓGENES, 2009, p. 272)

Posteriormente, entre os anos de 1999 e 2002, no segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, surge uma quantidade consideravelmente maior de programas voltados à juventude em âmbito federal, apresentando iniciativas voltadas ao esporte, à qualificação profissional, à educação e ao voluntariado<sup>7</sup>. Sposito e Carrano (2003) observam que tais programas, todavia, não constituem uma totalidade orgânica no que diz respeito ao entendimento das políticas de juventudes, mas são indicativos de uma maior consciência por parte do poder público de que a juventude é um setor que demanda atenção específica.

---

<sup>7</sup> Cabe levantar que o governo Fernando Henrique Cardoso via o voluntariado como uma maneira de envolver os jovens nas questões sociais, chamando-os (como parte da sociedade civil) a intervirem no social, embora gratuitamente; o Programa Universidade Solidária pode ser mencionado como um exemplo de tal abordagem, apresentando nestes programas o modelo predominante de “protagonismo” vislumbrado por tal gestão.

Partindo do final dos anos 1990 e do início da década seguinte, como mencionam Tommasi e Corrochano (2020, p. 362), os jovens “são incentivados a elaborar e realizar projetos de intervenção para solucionar problemas sociais. A imagem do jovem como protagonista, agente de mudança, é contraposta àquela do jovem como problema social.” Neste contexto, surge a ideia de “protagonismo juvenil”, ainda difundida atualmente. Como mencionam Sposito e Carrano (2003, p. 31), “Dois conceitos vigoraram em documentos de órgãos do governo federal e organizações não-governamentais, principalmente quando referentes a projetos e programas fortemente focados na juventude: protagonismo juvenil e jovens em situação de risco social”.

A noção de protagonismo juvenil, segundo Bhogossian e Minayo (2009), vem sido apropriada e adaptada de diversas formas pelas iniciativas voltadas à juventude. O termo surge na década de 1990, enquanto “pilar das inovações postuladas na reforma curricular do ensino médio” (FERRETTI apud BHOGOSSIAN e MINAYO, 2009, p. 416), enquadrando-se enquanto proposta político-pedagógica direcionada à “ação cidadã”. A ideia central do protagonismo juvenil baseia-se na “criação de espaços e mecanismos de escuta e participação dos jovens em situações reais na escola, na comunidade e na vida social, tendo em vista tanto a transformação social como sua formação integral.” (COSTA apud BHOGOSSIAN e MINAYO, 2009, p. 416).

Os autores enfatizam que, com o passar dos anos, o protagonismo juvenil ganhou proporções maiores ao alcançar órgãos internacionais, principalmente quando vinculado a uma ideia de empoderamento dos jovens. Contudo, como afirmam Bhogossian e Minayo (2009), determinadas interpretações do protagonismo juvenil acabam por simplificá-lo, tornando-o mais adaptativo do que problematizador e caminhando para uma despolitização do conceito. Para os autores, tais interpretações acabam por responsabilizar unicamente os jovens pelos problemas que enfrentam, individualizando questões de ordem política. Tendo isso em vista, é importante pontuar que a adoção da ideia de protagonismo juvenil em políticas de juventude deve perpassar princípios que considerem tanto a capacidade dos jovens de intervirem em suas realidades quanto a necessidade de certas garantias serem fornecidas pelo Estado e pela sociedade.

A partir dos anos 2000, Silva (2020) enfatiza que o governo Lula, entre os anos de 2003 e 2010, ocupou um papel importante no desenvolvimento e na implementação de políticas para a juventude, principalmente pela institucionalização da participação dos jovens na sua elaboração, bem como pela definição de normas legais a nível federal e pela orientação de

diretrizes e programas de financiamento nacionais, o que constitui um reconhecimento público de estado importante para a categoria social. Cabe mencionar que, no ano de 2003, foi realizada a pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira* por meio do projeto Juventude/Instituto Cidadania, em parceria com o Instituto de Hospitalidade e o Sebrae. A pesquisa foi conduzida por meio de um estudo quantitativo abarcando jovens de áreas urbanas e rurais de todo o Brasil, de 15 a 24 anos, de ambos os sexos. Segundo Diógenes (2009, p. 275), a pesquisa considerou que “as políticas públicas deveriam considerar não somente a dimensão formativa da juventude, mas também aquela referente à experimentação e à participação.”

Em 2005, é criado o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), por meio da Lei 11.129, que também instituiu a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). As atribuições do Conjuve, desde então, segundo o Governo Federal, são “formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.” (BRASIL, 2020).

O governo Dilma, abarcando os anos de 2011 a 2016, também apresentou iniciativas condizentes com as demandas das juventudes. A promulgação do Estatuto da Juventude, em 2013 - que levara dez anos sendo gestado, debatido e negociado - representou um avanço na implementação das políticas de juventude porque, por meio deste, foram estabelecidas diretrizes sobre os direitos da juventude e como devem ser elaboradas as políticas para este público também em nível de estados e municípios. Princípios como a autonomia e emancipação, participação social e política, e, antes de tudo, o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos foram contemplados na Lei do Estatuto (BRASIL, 2013). Contudo, Silva (2020) percebe que, com o período de instabilidade política que se deu a partir de 2016, as pautas da juventude também foram afetadas e apesar das normativas, do reconhecimento e das orientações, de lá para cá pouco se avançou no alcance das normas, dos recursos e das políticas voltadas ao grupo.

Neste subtópico, busquei traçar um histórico das políticas públicas para juventudes no Brasil, bem como seus avanços e limitações. Nesse contexto, é pertinente observar que, mesmo que estejamos diante de um cenário que implica entender a consolidação de tais políticas em um contexto mais amplo, a particularidade do desenvolvimento das mesmas nos âmbitos estadual e municipal são diversas, e dependem das dinâmicas sociais, econômicas e políticas regionais. Na seção seguinte, buscarei constituir outro histórico, desta vez referente às políticas

de juventude do Estado de Sergipe, em que tentarei avançar um pouco mais nas considerações sobre sua situação nos últimos cinco anos.

### **1.3 Políticas públicas para as juventudes em Sergipe**

As políticas públicas voltadas à juventude no Estado de Sergipe são recentes. Cavalcante (2010) observa que, no período de 2002 a 2006, foi possível identificar algumas iniciativas voltadas à juventude, como parcerias com a Universidade Tiradentes para ampliar o acesso dos jovens ao ensino superior. Entretanto, como observa a autora, “o Governo Estadual atendeu de forma parcial, fragmentada as demandas das juventudes e não criou canais de diálogo com os movimentos juvenis e sociais.” (CAVALCANTE, 2010, p. 94).

É importante mencionar, no contexto das poucas iniciativas identificadas no período mencionado acima, a realização da pesquisa Juventudes Sergipanas por Bernard Charlot (2006). Esta pesquisa dedicou-se a mapear e conceituar as juventudes do estado de Sergipe por meio de recursos quantitativos e qualitativos. Dessa forma, seu intuito foi traçar o perfil dos jovens sergipanos, abrangendo áreas como educação, trabalho e estilos de vida, tornando-se referência nos estudos sobre juventudes em Sergipe.

A partir do ano de 2007, durante a gestão do ex-governador Marcelo Déda (que durou até 2011), pôde-se notar um maior número de programas e iniciativas voltados à juventude por parte do Governo Estadual. Como menciona Cavalcante (2010), o então governador incluiu já em sua proposta de governo a elaboração de políticas de juventudes, reconhecendo os jovens enquanto seres de direitos especiais devido à sua condição social. Cabe mencionar algumas destas políticas, como a) a implementação de políticas educacionais, b) de inclusão da juventude no mercado de trabalho e c) uma maior valorização do acesso aos jovens por meio da cultura. Nesse período, vale destacar a criação da Coordenadoria Estadual de Juventude (CEJU) e a realização da I Conferência Estadual da Juventude e do I Seminário de Políticas Públicas de Juventude, ambos no ano de 2007. É importante mencionar tais eventos porque, segundo Silva (2020), “é a partir dos resultados alcançados por meio das conferências que surgem os programas e projetos destinados à sociedade.” (SILVA, 2020, p. 38)

Durante o mandato do sucessor de Marcelo Déda, o ex-governador Jackson Barreto (de 2013 a 2018), foi criada a Secretaria de Juventude e Esporte (SEJESP) por meio da Lei 4.371, em 2013. Posteriormente, em janeiro de 2014, foi criado o Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude (CONEJUVE) através da Lei 7.815, sendo atualmente o principal órgão

de representação juvenil do Estado. Foram implantados, no ano de 2017, os programas como Família na Praça, responsável por incentivar atividades de lazer, e as Casas da Juventude, cujo intuito é de “promover o desenvolvimento de maneira integral aos jovens entre 15 e 29 anos que estejam em situação de vulnerabilidade social, no intuito de desenvolver políticas públicas que fortaleçam sua autonomia.” (SILVA, 2020, p. 40). De acordo com Silva (2020), as Casas da Juventude buscaram criar propostas de geração de emprego, lazer, educação, cultura, saúde e direitos humanos por meio de palestras e oficinas. A autora destaca que dezessete municípios sergipanos aderiram a esta iniciativa.

Na gestão do atual governador Belivaldo Chagas (iniciada em 2018), as políticas de juventude passaram a se concentrar na mesma secretaria encarregada de gerenciar a Educação, o Esporte e o Lazer. De acordo com Silva (2020), a ênfase da proposta da gestão de Belivaldo Chagas no que diz respeito ao tema das juventudes foi relacionar a juventude ao eixo da cultura e do esporte. Contudo, nota-se que em Sergipe, no presente momento, há políticas que abrangem a juventude, mas não há uma estrutura esquematizada, com orçamento público e um investimento direto nessa área, de forma sistemática e abrangente. (Entrevista com Hora, 2020).

Atualmente, na grande Aracaju (região metropolitana que compreende os municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão), somente o município de Aracaju possui um orçamento próprio para as políticas de juventudes. Fora da grande Aracaju, apenas Estância e Indiaroba apresentam tais formas de financiamento<sup>89</sup>. Silva (2020) pontua que nos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro as ações que ocupam um lugar de prioridade nas políticas de juventudes são as que ofereçam algum tipo de retorno financeiro. O esporte também aparece no rol das prioridades, e apenas no caso de Nossa Senhora do Socorro a cultura posiciona-se como a forma principal de entrar em contato com as juventudes (Entrevista com Santos, 2020).

A partir dos dados apresentados neste subtópico, é possível delinear as particularidades e os contextos nos quais se inserem as políticas de juventudes no estado de Sergipe, bem como perceber os campos mais ativos destas políticas e os que ainda apresentam lacunas. A ênfase no esporte, no lazer e na cultura é comum em diferentes estados do Brasil. Pode-se encontrar,

---

<sup>8</sup> Estas informações são provenientes do relatório da pesquisa de iniciação científica Juventudes, Estilos de Vida e Sentidos da transição para a Vida Adulta: protagonismos versus precariedades, realizada entre 2019 e 2020, sob orientação do prof. Dr. Frank Nilton Marcon, na qual participei como bolsista. Tais informações também constam no artigo Perspectiva Institucional dos Sentidos das Juventudes nas Políticas Públicas em Sergipe: uma análise a partir das representações de juventude pelos gestores públicos, apresentado no III Seminário Nacional de Sociologia da UFS.

<sup>9</sup> Estes dados se referem a alguns dos maiores municípios de Sergipe (tendo sido contemplados na pesquisa 11 deles), em termos demográficos.

por exemplo, secretarias ou coordenadorias que condensam nas mesmas pastas as demandas da Juventude e do Esporte e ao Lazer (o próprio Estado de Sergipe possui uma secretaria voltada em conjunto a tais setores). O mesmo se repete com secretarias voltadas à juventude e à cultura. A associação direta da juventude a tais atividades parece corresponder a uma representação recorrente por parte do poder público sobre que significa ser jovem.

O tema trabalho/emprego/renda também está no foco da elaboração das políticas públicas para a juventude no Brasil e em Sergipe, sendo comum a implementação de programas que visem a inclusão dos jovens no mercado de trabalho, a partir de programas como o Jovem Aprendiz. Contudo, como observam Tomasi e Corrochano (2020), é insuficiente incentivar a capacitação dos jovens quando a realidade com a qual eles se deparam é um mercado de poucas oportunidades. É pertinente ressaltar que, neste subtópico, não estou tratando do alcance e da eficácia das políticas públicas nestas áreas, mas apresentando uma síntese sobre quais áreas foram e são ressaltadas como prioritárias pelas secretarias.

Este fenômeno que relaciona a construção de políticas de juventude a campos específicos demonstra que, muitas vezes, o poder público entende que as políticas para os jovens precisam passar por setores que ofereçam alguma espécie de “retorno” à sociedade, retorno este por vezes de ordem financeira, como mencionado acima no caso da grande Aracaju. Entretanto, a elaboração de políticas de juventude deve ir além deste tipo de demanda: faz-se necessário mapear quem são os jovens do estado (e do país), compreender e dar visibilidade às suas visões de mundo, perceber quais as vulnerabilidades com que se deparam, possibilitar e contribuir para que eles próprios criem alternativas para a construção de suas formas de autonomia social, a fim de que possam ser pensadas políticas que interajam diretamente com estas esferas, oferecendo mais possibilidades e oportunidades para estes jovens intervirem na sociedade à sua maneira.

Em 12 de agosto de 2020 (conhecido como Dia Internacional de Juventude a partir de resolução da ONU em 1999), o Conselho da Juventude do Estado de Sergipe (CONEJUVE) realizou um encontro público em uma rede social na internet, apresentando para o debate os resultados do Diagnóstico Retratos da Juventude, elaborado pelo próprio Conselho, cujos objetivos, segundo eles, foram "conhecer as vivências, realidades e opiniões", "influenciar a institucionalização da política de juventude" e "produzir evidências para subsidiar políticas públicas"<sup>10</sup>. A realização do Diagnóstico se deu por meio de um questionário online, durante os

---

<sup>10</sup> O Diagnóstico foi apresentado por meio de transmissão ao vivo pelo Facebook. As informações sobre a pesquisa estão disponíveis em: <https://www.facebook.com/conejuvse/videos/304089914146725>



primeiros meses de 2020, contemplando cerca de 9.107 jovens, de 46 municípios do Estado. Dessa forma, o Diagnóstico realizado pelo CONEJUVE foi uma iniciativa que visou mapear as múltiplas realidades experienciadas pela juventude em Sergipe, representando um avanço na reivindicação por políticas públicas, ao produzir sua própria leitura sobre as condições e demandas das juventudes no estado.

Entretanto, é importante ressaltar que a realização do Diagnóstico “Retratos da Juventude” ocorreu sete anos após a promulgação do Estatuto da Juventude, bem como trinta anos após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Associando estas afirmações ao fato de que a grande maioria das secretarias e coordenadorias de juventude no estado não possui verba própria (GALVÃO; SANTANA; OLIVEIRA, 2020) e, em diversos casos, sequer há setores e políticas voltados em específico aos jovens, é possível ver que as iniciativas em prol da juventude no estado de Sergipe ainda caminham a passos lentos. Neste contexto, as juventudes acabam por articular-se muitas vezes à sua própria maneira para reivindicar o que entendem por direitos. Partindo deste ponto, buscarei discorrer sobre as formas de participação política das juventudes na atualidade no subtópico seguinte.

#### **1.4 Juventudes e novas formas de participação política**

Após conceitualizar o que se entende por juventudes, bem como o que são políticas públicas e como estas são aplicadas no Brasil e em Sergipe, levanto por meio deste subtópico reflexões sobre as formas de participação política dos jovens na contemporaneidade, a fim de que se possa compreender como a atuação dos coletivos que serão estudados no presente trabalho de conclusão de curso representa novas formas de a juventude reivindicar ativamente seus direitos.

São crescentes os estudos sobre novas formas de ação política por parte das juventudes no Brasil e no mundo (AUGUSTO, 2008; MARCON, 2018; CAMPOS e SARROUY, 2020; BHOGOSSIAN e MINAYO, 2009). Como levantam Bhogossian e Minayo (2009), no artigo Revisão Sistemática sobre Juventude e Participação, há uma desagregação por parte dos jovens diante da política institucionalizada e partidária, ao mesmo tempo em que as gerações anteriores ainda sustentam concepções divergentes sobre participação política. Tais concepções também costumam ser reverberadas por veículos de mídia, como observam Campos e Sarrouy (2020).

Estes dois fatores (a desagregação dos jovens da política convencional e o entendimento das gerações mais velhas sobre o que é, ou deveria ser, a participação política) geram uma série

de conflitos intergeracionais que afastam os jovens da arena política. Augusto (2008) observa que há dois movimentos de contestação que entram em confronto: o primeiro, por parte dos jovens que se opõem à política institucionalizada, e o segundo, por parte das gerações anteriores que não os legitimam.

Silva (2020), em sua dissertação de mestrado sobre juventudes, hip-hop e políticas públicas na Grande Aracaju, possibilita visualizar os pontos de vista dos gestores de políticas públicas, que fazem parte de gerações anteriores: “em todas as entrevistas, os gestores públicos compararam as juventudes do presente com as do passado, abordando que atualmente há um desinteresse na ascensão individual que definem como ligadas principalmente a educação e a profissão.” (SILVA, 2020, p. 45). Contudo, isso não significa que os jovens se afastem do fazer político de fato, nem que sejam unanimemente entendidos como “desinteressados”.

Campos e Sarrouy (2020) mostram que

esta visão pessimista é contrariada por uma linha de pesquisa que recupera o papel dos jovens como sujeitos políticos relevantes, entendendo inclusive a sua ação como uma expressão de dinamismo e um indicador de saudabilidade do regime democrático. A sua postura, umas vezes apontada como apática, outras como apolítica, não deixa de ser profundamente política, na medida em que revela uma atitude perante as instituições e os seus atores que redonda, tantas vezes, em vias diversas para a participação. (CAMPOS e SARROUY, 2020, p. 36)

Nuno Miguel Augusto (2008), no artigo “A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e Individualização”, discute a questão da desagregação dos jovens das formas hegemônicas de participação política, como a filiação a partidos. Para o autor, tal fenômeno (em Portugal) ocorre motivado pela crescente desconfiança da juventude frente às práticas institucionalizadas da política. Assume, também, que há um processo de individualização nas pautas contempladas pelas juventudes. Entretanto, tal individualização não deve ser confundida com uma despolitização, pois neste mesmo cenário cresce o chamado associativismo juvenil. Nesta forma de ação política, ocorre uma segmentação das pautas juvenis de forma não-partidária. Augusto (2008) destaca, principalmente, o âmbito do lazer como catalisador destas novas formas de associativismo. Honwana (2014) sustenta uma argumentação similar:

Os jovens já estão desenvolvendo formas alternativas para a intervenção social e política, fora de partidos políticos e em organizações da sociedade civil. Eles estabelecem e envolvem-se em associações que desenvolvem ações políticas sem necessidade de filiação partidária. Lutam pela liberdade de expressão nos mundos reais e virtuais; lideram campanhas públicas contra a corrupção e pela boa governação, pelos direitos da mulher, protecção do meio ambiente, entre outros assuntos. (HONWANA, 2014, p. 409)

Dessa forma, proporcionalmente aos essencialismos construídos por gerações anteriores, surgem “novas formas de engajamento em questões políticas e sociais” (BHOGOSSIAN e MINAYO, 2009), que se manifestam através de ativismos por vezes estetizados, ancorados em “novas linguagens estéticas de produção da informação” (MARCON, 2018), a exemplo das intersecções entre arte e ativismo (DELGADO, 2013), e também focalizados no âmbito da micropolítica, por meio das chamadas “políticas de vida” ou *life politics*. Estas, em específico, caracterizam-se por ações de ordem individual orientadas a causas específicas, sendo produto de uma realidade mais globalizada e fragmentada (CAMPOS e SARROUY, 2020) quando comparada a conjunturas anteriores.

Campos e Sarrouy (2020), em consonância com os argumentos de Augusto (2008), associam a agência criativa à agência política dos jovens, estendendo-se sobre o papel da criatividade nas novas formas de participação política das juventudes, que por vezes contemplam esferas não associadas ao fazer político por parte das gerações anteriores, como a arte e o lazer. Diógenes (2020), em “Cidade, arte e criação social: novos diagramas de culturas juvenis da periferia”, debate as manifestações da juventude para além do trabalho, por meio da produção cultural e artística por jovens periféricos. As discussões levantadas pela autora abrem caminhos para que se possa, além disso, questionar políticas públicas que percebem o trabalho como única saída aos "problemas sociais" vivenciados pela juventude.

Especificamente no Estado de Sergipe, tanto Marcon e Souza Filho (2013) quanto Silva (2020) destacam a atuação do hip-hop como expressão cultural de demandas e reivindicações políticas por parte da juventude. No artigo “Estilo de vida e atuação política de jovens do hip-hop em Sergipe”, Marcon e Souza Filho (2013) discutem sobre as chamadas *posses*, movimentos formados por pessoas envolvidas no hip-hop que se articulam em torno de princípios comuns (MARCON e SOUZA FILHO, 2013). No caso das duas *posses* estudadas pelos autores, os princípios articulados por seus atores envolvem reivindicações políticas. Estas reivindicações englobam desde melhorias nas comunidades em que os membros das *posses* vivem até a atuação direta com os jovens das periferias, em busca de associá-los ao “caminho” do hip-hop em contraponto a condutas envolvendo práticas ilícitas.

Segundo Marcon e Souza Filho (2013, p. 530), “a ideia é que unindo forças em torno da *posse*, eles possam atuar através da metodologia que definem de ‘cultural’, e na qual dizem se basear para desenvolver seus projetos sociais em comunidades periféricas.”. Dessa forma, as reivindicações por parte das *posses* perpassam, simultaneamente, os campos político e cultural visando melhores condições de vida para as juventudes de tais comunidades.

Como visto pelos autores, as *posses* originam-se fora da esfera política formal, mas, com o passar dos anos e no decorrer das diferentes conjunturas políticas, adentram também os espaços da política formal, a exemplo de filiações de seus membros a partidos como o PT e PCdoB. Estas constatações mostram que manifestações de ordem artística e cultural, a exemplo do hip-hop, apresentam grande potencial de luta por direitos das juventudes. Marcon e Souza Filho (2013, p. 519) evidenciam: “deste modo, há um reclamo dessa juventude por políticas públicas que supram suas expectativas, como é expresso através dos discursos ou das plasticidades do hip-hop.”.

Silva (2020), por sua vez, discorre sobre a relação entre o hip-hop, enquanto manifestação cultural das juventudes periféricas, e a elaboração de políticas públicas na grande Aracaju. Em uma discussão voltada à problemática das políticas públicas, a autora destaca a importância destas para o empoderamento dos jovens. Mostra, também, que, por muitas vezes não possuem forças para resistir à exclusão social, os jovens resistem por meio da cultura e do consumo e ressalta a importância de as políticas de juventude lançarem um olhar a tais temáticas.

Também devem ser mencionados os trabalhos de Almeida Neto (2012), que se aprofunda na atuação política cotidiana dos jovens do bairro Siqueira Campos, em Aracaju, de Silva (2011), que investiga as práticas de ocupação das praças no centro da mesma cidade, bem como os trabalhos de Fusaro (2018), que estuda as dinâmicas de ocupações culturais que reivindicam o direito à cidade, e de Oliveira (2013) que evidencia a atuação dos jovens no festival Rock Sertão no município de Nossa Senhora da Glória (SE). Todas as produções mencionadas, que estão vinculadas ao Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (GERTs), evidenciam como o entretenimento e o lazer têm se mostrado ambientes de disputas políticas que reivindicam os usos de lugares e de modos de existência específicos, marcados sobretudo por práticas culturais.

Tendo como base as discussões acima, além das relações entre práticas culturais e reivindicação política e o papel que o cotidiano ocupa nessas dinâmicas, nesta monografia também buscarei evidenciar a relação entre as trajetórias de vida das juventudes e as agências dos sujeitos jovens nestes processos de envolvimento com os coletivos e com as políticas públicas. Procurarei demonstrar, posteriormente, quais as conexões entre estas trajetórias de vida, os capitais sociais e as agências no envolvimento de tais sujeitos com a política.

Por meio da bibliografia mencionada neste capítulo, foi possível evidenciar como a juventude tem sido estudada pelas ciências sociais, bem como foi possível lançar um olhar às

diversas formas de reivindicação de direitos por parte das juventudes contemporâneas – reivindicações estas que se afastam gradualmente da política formal, utilizando campos como os do lazer e da cultura para construir formas de articulação política mais condizentes com as realidades das quais fazem parte. No capítulo seguinte, buscarei me aprofundar nas relações entre coletivos juvenis e reivindicações políticas em Aracaju e em Sergipe.

## **1. CAPÍTULO II - Coletivos juvenis: arte, política e mecanismos de contestação**

No segundo capítulo da presente monografia, busco discutir como os agrupamentos dos jovens nos chamados “coletivos” nas lutas pela reivindicação de direitos associam-se às abordagens que apontam para uma desinstitucionalização da atuação política no âmbito das juventudes, estando tais jovens inseridos no contexto dos novíssimos movimentos sociais. Proporcionalmente a essa desinstitucionalização, surgem novas estratégias adotadas pelas juventudes, sendo o fazer política por meio da cultura e do lazer uma delas. Para prosseguir com esta discussão, dividi o capítulo em três subtópicos.

No primeiro, contextualizarei a questão dos coletivos, apresentando-os como novas formas de organização política menos hierarquizadas, pelas quais os jovens têm passado a optar. Buscarei mostrar como tais formas de organização surgem catalisadas por uma desconfiança das juventudes na política partidária, bem como as especificidades do tipo organização em coletivos (com ênfase na autogestão), com base nas produções voltadas ao campo dos estudos sobre movimentos sociais, balizados com discussões da área das juventudes e dos estilos de vida.

No segundo subtópico, irei me dedicar a evidenciar alguns dos coletivos juvenis no estado de Sergipe que já foram mapeados e discutidos pela literatura produzida no estado. Estes coletivos, como será mostrado, articularam-se politicamente por meio de manifestações que se utilizavam da cultura e do lazer como pautas principais. Dessa forma, os coletivos mencionados foram responsáveis por adotar estratégias de contestação que não seguem critérios formais institucionalizados, como a associação a partidos políticos – utilizando-se de meios como a ocupação do espaço público mediada por intervenções artísticas, assim como as mídias sociais digitais para serem ouvidos e intervirem na arena política.

Por último, no terceiro subtópico apresentarei o Coletivo MUDE e o Coletivo Socorreria Arte Urbana, organizações escolhidas como objeto da presente pesquisa. Mostrarei, a título de introdução, em que contextos os coletivos mencionados se inserem – o movimento estudantil e a arte de rua, respectivamente. Levantarei discussões sobre como tais contextos foram responsáveis por articular as juventudes em cenários distintos, evidenciando a historicidade tanto do movimento estudantil quanto da prática do graffiti e sua influência nas gerações atuais. Buscarei, também, articular de forma mais aprofundada a escolha por estudar os coletivos MUDE e Socorreria. Nesse sentido, evidenciarei as principais pautas contempladas por cada coletivo, bem como suas áreas de atuação e o público-alvo de suas iniciativas. Neste segundo

capítulo do presente trabalho de conclusão de curso, buscarei explicar como se posicionam os coletivos, de maneira geral, nas disputas políticas das juventudes, a fim de possibilitar uma melhor compreensão das discussões que trarei posteriormente.

## **2.1 Coletivos como novas formas de organização política**

Como visto no capítulo anterior, a partir da revisão da bibliografia especializada, as juventudes têm buscado novas formas de participação política que ultrapassam mecanismos partidários formais. Antes de dar início a uma série de discussões sobre o papel dos coletivos nas mobilizações juvenis, é pertinente traçar o contexto no qual tais formas de agenciamento político ganham notoriedade. Como afirma Gohn (2008, p. 444), “o movimento social, como um sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural.”

Gohn (2008) aponta que, a partir dos anos 1990, os movimentos sociais brasileiros organizaram-se no que alguns teóricos entendem por redes sociais e temáticas. Segundo a autora, a sociedade civil passa a organizar-se levando em conta vínculos sociais comunitários (como questões de gênero, idade e étnico-raciais) (GOHN, 2008), sendo tais vínculos importantes para a formação das referidas redes. Estas categorias em específico – redes sociais e temáticas – são acionadas porque, segundo Gohn (2008, p. 446), “a rede temática tem poder de articulação que extrapola o nível local, atuando da esfera local até a global. As redes sociais são importantes porque nos indicam os vínculos e as alianças existentes nas redes temáticas.” Estas redes sociais, por sua vez, são entendidas pela autora como dotadas de um “enraizamento maior com as comunidades locais” (GOHN, 2008, p. 446).

Nesse sentido, considero pertinente trazer uma breve discussão sobre os chamados novíssimos movimentos sociais. A partir dos conceitos utilizados por Gohn (2017), Santos (2019) entende que as formas contemporâneas de organização política das juventudes são distintas dos movimentos sociais clássicos, caracterizados por sua estrutura organizacional verticalizada e burocrática, bem como também são distintos dos novos movimentos sociais (em destaque nas décadas de 70 e 80), cujas dimensões eram menos rígidas que as dos movimentos sociais clássicos, mas ainda não eram flexíveis como as dos movimentos que os sucederam (SANTOS, 2019). Os novíssimos movimentos sociais, segundo Santos (2019),

são os que emergiram nas manifestações de rua das duas últimas décadas, trazendo consigo novos sujeitos para a esfera pública brasileira. Composto em sua maioria pela juventude, possuem pautas diversas que variam entre a questão de classe, de gênero, de sexualidade e da mobilidade social. Propõem formas de organização que se distanciam das formas anteriores (os clássicos e novos movimentos sociais) e se aproximam mais dos ideais libertários, tendo

os coletivos como as formas mais usuais de organização e articulação. (SANTOS, 2019, p. 224)

Santos (2019) também traz reflexões sobre o caráter de “novo” atribuído às juventudes na arena política, especialmente quando se refere às práticas dos organizadores dos saraus de poesia organizados na cidade de Salvador, objetos de pesquisa do autor. Santos (2019) aponta que, ainda que tais jovens tenham passado a ocupar lugares políticos recentemente, suas demandas não são tão novas assim. O autor indaga: “será que os sujeitos que são novos na cena ou as teorias e metodologias hegemônicas até então utilizadas é que não permitiam perceber esses sujeitos sociais?” (SANTOS, 2019, p. 211)

Além das mudanças contextuais na situação dos movimentos sociais brasileiros mencionadas acima, Gohn (2013) aponta para uma mudança também nas formas de associativismo juvenil em específico. Segundo a autora, “as diferenças passam pelos campos tratados, pelos repertórios, formas de comunicação, identidades criadas, pertencimentos de classe e sociocultural e as formas como aproveitam as oportunidades políticas que surgem.” (GOHN, 2013, p. 207). Augusto (2008, p. 169) percebe que associações ligadas ao voluntariado e ao lazer “transformaram-se nos principais espaços de participação dos jovens, retirando centralidade às lógicas institucionalmente definidas e reforçando a importância dos domínios privados e do cotidiano juvenil.”

Dessa maneira, muitos jovens passaram a articular-se nos chamados coletivos. Por coletivos, entendo o que Brasil (2015, p. 15) conceitualiza como “um grupo de pessoas que exploram interesses em comum e articulam ações de forma estratégica, fazendo circular informação, cultura, economia, política, saberes e práticas”. Levando em conta as considerações acima, situo os coletivos estudados na presente monografia dentro do âmbito dos movimentos sociais, mas mais especificamente das redes sociais mencionadas por Gohn (2008), já que se referem a vínculos e alianças estabelecidos a nível local no contexto das juventudes, e inseridos na esfera dos novíssimos movimentos sociais, também conceituados pela mesma autora (2017).

Segundo Maia (2013, p. 62), o fenômeno dos agrupamentos das juventudes em coletivos “trata-se, de um lado, do reconhecimento, hoje consensual, de novos agenciamentos capazes de fomentar a ação coletiva juvenil para além dos espaços consagrados da política institucional partidária ou do movimento estudantil.”. A autora aponta a tendência vigente nas juventudes em buscar espaços menos burocratizados e que enfatizem a criatividade em suas modalidades de ação política, contestando modelos de organização como os Conselhos Tutelares (MAIA, 2013).



Fuentes (2007), ao estudar coletivos juvenis no Chile, enfatiza a preferência dos jovens inseridos em coletivos por um caráter autogestionado em virtude de uma desconfiança crescente no sistema tradicional da política representativa. A autora sintetiza este processo:

Las palabras de los jóvenes corroboran la argumentación de Reguillo (2000), quien sostiene que en las últimas décadas las juventudes latinoamericanas han ido buscando y encontrando nuevas formas de organización que se separan de lo «tradicional». Para esta autora (2000:72), una de las cuestiones básicas que permiten la distinción de las nuevas formas organizativas juveniles respecto de los espacios tradicionales, es el carácter autogestionado de las expresiones juveniles, en donde «la responsabilidad recae sobre el propio colectivo sin la intermediación o dirección de adultos o instituciones formales». (FUENTES, 2007, p. 47)

Além das considerações feitas acima, Maia (2013) percebe como as motivações políticas dos jovens ultrapassam um território que antes se restringia ao conflito de classes, este apoiado em teorias marxistas; a autora nota a presença de uma dinâmica social específica no funcionamento dos coletivos, que se articulam em meio a questões culturais e sobretudo identitárias. Nesse contexto, cabe mencionar o que Reguillo (2003) entende por uma culturalização da política: enxergar e fazer política a partir da cultura. Fuentes (2007), utilizando-se de tal conceito, afirma que a culturalização da política é um fenômeno que pode ser visto em diversas práticas dos coletivos juvenis.

Nas palavras de Fuentes (2007, p. 48), “es este fenómeno el que se observa en las prácticas de los colectivos juveniles analizados, los que a través de la música, talleres artísticos, festivales, ferias de la cultura, etc., transmiten mensajes que son abiertamente políticos.”. Ao associar a ideia de culturalização da política com conceitos já discutidos no presente trabalho – a exemplo de questões como a micropolítica ou as *life politics* (CAMPOS E SARROUY, 2020), que evidenciam a interação das pautas políticas com as culturas juvenis – é possível delinear com mais precisão os contextos de insurgência dos coletivos na arena política.

Tendo em vista as questões levantadas acerca do associativismo juvenil, é imprescindível mencionar as novas formas de organização *online* que operam nesse contexto. As relações entre as juventudes e o universo digital são discutidas por uma série de autores, cabendo mencionar Gohn (2013), Feixa (2014), Canclini (2012), Castells (2012), Pleyers (2013) e Marcon (2019). Feixa (2014), na obra “De la generación @ a la # generación: la juventud en la era digital”, discorre sobre as duas gerações mencionadas no título: uma referente aos jovens que vivenciaram os primeiros passos das tecnologias digitais e outra que se refere aos jovens que vivenciaram uma “generalização” destas tecnologias em suas vidas. Marcon (2016) contextualiza a abordagem de Feixa (2014):

Se o @ simboliza a emergência de uma referência de comportamento cibercultural, que a partir de meados dos anos noventa passa a fazer parte da vida dos jovens em suas atividades de estudo, de trabalho e de lazer através dos conteúdos de produção digital, lógicas de produção e consumo desmaterializadas, como uso de microcomputadores; o # significa a expansão para o uso social das conexões em rede, o uso da internet em dispositivos móveis, a intensidade dos fluxos e a lógica da instantaneidade do compartilhamento social e das referências temáticas dispersas numa web global. (MARCON, 2016, p. 333)

Nesse sentido, o fazer político também passa a tomar diferentes proporções num cenário de constante difusão da comunicação via web. Cabe mencionar as formas de ativismo juvenil pós-2010, presentes nos episódios conhecidos como Primavera Árabe, movimento *Occupy Wall Street*, movimento dos *Indignados* na Espanha, as manifestações de junho de 2013 no Brasil e outras manifestações que se seguiram. Gohn (2013) aponta que a estruturação de marchas, atos e protestos por meio de redes sociais virtuais é um grande diferencial entre as formas de participação política das juventudes contemporâneas frente às de outros momentos históricos. A autora percebe que o uso de recursos de comunicação como computadores e *smartphones* aliam-se à ocupação do espaço público, como visto no Brasil no ciclo de protestos de junho de 2013 e nas manifestações que o sucederam, sendo muitas delas organizadas virtualmente.

Pleyers (2013), ao notar essa união entre práticas *online* e *offline*, aponta que é preciso superar a dicotomia entre “mundo real” e “mundo virtual” a fim de compreender a dimensão dessas novas formas de organização política, visto que, para o autor, ambas são complementares. Para Pleyers (2013), é pertinente observar que “as subjetividades políticas e os atores dos movimentos sociais de hoje surgem da articulação e fertilização recíproca entre a vida cotidiana e a política, entre o mundo da internet e o das praças públicas, entre as redes sociais e o convívio dos espaços militantes” (PLEYERS, 2013, p. 94)

Já Castells (2012) conceitualiza a intersecção entre o que acontece no ciberespaço e no espaço urbano como um terceiro espaço, um “espaço de autonomia” no contexto dos movimentos sociais. O autor discute a adoção deste termo:

Este híbrido de ciberespacio y espacio urbano constituye un tercer espacio que yo llamo el espacio de autonomía. El motivo es que la autonomía sólo se puede garantizar mediante la capacidad de organización en el espacio de libertad de las redes de comunicación, pero al mismo tiempo únicamente se puede ejercer como fuerza transformadora si se desafía el orden institucional disciplinario recuperando el espacio de la ciudad para sus ciudadanos. La autonomía sin desafío se convierte en retirada. El desafío sin una base permanente de autonomía en el espacio de los flujos equivale a un activismo discontinuo. El espacio de autonomía es la nueva forma espacial de los movimientos sociales en red. (CASTELLS, 2012, p. 213)

Dessa maneira, é possível perceber uma série de discussões que já levantam um redimensionamento nas formas de organização e atividade dos movimentos sociais, bem como suscitam novas reflexões acerca do que se entende por espaço público; principalmente quando relacionados às juventudes da contemporaneidade, que representam gerações dotadas de um contato íntimo com recursos digitais. As realidades material e virtual mesclam-se, e esta constatação é de suma importância para compreender as formas de participação política de coletivos – já que estes são formas de organização política que ganham visibilidade neste contexto – que têm como público as juventudes.

## **2.2 Coletivos juvenis em Sergipe**

A difusão das reivindicações juvenis no modelo organizacional de coletivos também pode ser observada em Sergipe, como visto por Santos (2017) e Fusaro (2018), ao estudar as formas de ação política do Coletivo Debaixo. Santos (2017) investiga o que entende pela gramática política deste coletivo, aprofundando-se nas lógicas de articulação política das juventudes que o compõem, e conclui que o Coletivo Debaixo representa movimentos de reivindicação política juvenil subsequentes ao ciclo de protestos de junho de 2013. Cabe destacar a realização do evento Sarau Debaixo, realizado no viaduto do D.I.A, que condensou as formas de contestação política do coletivo aliadas a recursos estéticos por meio da ocupação do espaço público. Também é importante mencionar que Santos (2017) aponta para uma pluralidade de eventos nesse formato realizados pelas juventudes em outros municípios do estado, como o Sarau do Calçadão e o Sarau do Coreto em Itabaiana, o Sarau da Caixa D'água em Lagarto, e o Sarau do Alecrim em Estância (SANTOS, 2017).

Já Fusaro (2018), ao estudar as ocupações culturais na cidade de Aracaju, estende-se sobre três eventos responsáveis por concentrar a juventude nos espaços públicos da capital de forma independente: Sarau Debaixo, Clandestino e Ensaio Aberto, sendo todos entendidos pela autora como movimentos de reivindicação política permeados pela produção artística e pelo entretenimento.

Assim como o Sarau Debaixo, o Ensaio Aberto também foi pensado e realizado por meio de um coletivo de jovens (o Coletivo Ensaio Aberto), e, como menciona a autora, ocupou um papel político diante do público ao debater questões sociais em algumas das edições do Ensaio Aberto, realizado no Parque dos Cajueiros, “trazendo professores universitários, líderes de movimentos sociais e outras personalidades referências para discutir alguma temática

específica, a exemplo de disparidade de gênero, desigualdade social e do cenário político do país.” (FUSARO, 2018, p. 41). É pertinente enfatizar que atualmente ambos os coletivos Debaixo e Ensaio Aberto não se encontram em atividade, o que demonstra certa efemeridade presente nestas formas políticas de organização. Além dos coletivos mencionados acima, destacam-se outros que adotam a cultura como princípio aglutinador de suas práticas envolvendo as juventudes, que serão enumerados a seguir.

Abaixo consta um quadro demonstrativo enumerando alguns dos coletivos juvenis em atividade na grande Aracaju. O quadro foi construído a partir de um mapeamento realizado por meio de pesquisa exploratória na internet, da literatura de pesquisas sobre coletivos de jovens que atuam com a cultura na grande Aracaju, do contato com representantes do setor da cultura no CONEJUVE<sup>11</sup> e com representantes dos próprios coletivos. É pertinente levantar reflexões acerca deste mapeamento: devido à fluidez com que se compõem muitos dos coletivos (principalmente em virtude de seu caráter desinstitucionalizado), existem apenas por um curto espaço de tempo, manifestando-se por vezes de maneira informal.

Pelas particularidades apontadas acima, não seria possível dar conta de uma lista completa de tais coletivos ativos em Sergipe<sup>12</sup>. Assim sendo, abaixo procurei elaborar uma relação daqueles que pude obter informações mínimas como o nome, o ano de criação, a localidade de atuação e em como tais coletivos se definem em termos de enfoque ou pauta. O objetivo é demonstrar a diversidade das especificidades temáticas de seus enfoques. Apesar de a maioria deles terem se constituído na última década, há alguns poucos coletivos consolidados há mais tempo; além disso, no quadro percebemos uma visibilidade maior de coletivos na própria capital sergipana.

Nesse sentido, será possível enumerar coletivos que apresentam ou apresentaram um alcance considerável em suas iniciativas e reivindicações, viabilizando uma análise das dimensões políticas dessas formas de associativismo. Outra observação a ser feita é de que, ainda que todos os coletivos mencionados tenham a cultura como eixo principal na condução de suas iniciativas, eles podem atuar em diversas frentes, como exponho a seguir:

---

<sup>11</sup> O Conselho Estadual da Juventude de Sergipe (CONEJUVE) é o principal órgão de representação juvenil do estado. Foi fundado em 2014, a partir da Lei 7.815, e é composto por 28 conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, representados pelo poder público e pela sociedade civil.

<sup>12</sup> Os dados que constam no quadro demonstrativo foram coletados, como mencionado, em uma pesquisa exploratória na internet. Esta pesquisa se deu por meio do acesso às páginas dos coletivos nas redes sociais Facebook e Instagram, e em alguns momentos por meio do acesso a blogs dos coletivos. Na maioria das vezes, o enfoque e o ano de fundação de cada coletivo constavam em seus perfis nas redes. Em outros casos, foi possível encontrar postagens, cujo intuito era apresentar os coletivos, nas quais tais dados estavam presentes. Nesse sentido, é interessante notar que as redes sociais são meios relevantes de divulgação das premissas e atividades de cada coletivo.

**Quadro 1– Quadro Demonstrativo de Coletivos na Grande Aracaju**

<b>NOME DO COLETIVO</b>	<b>DATA DA FUNDAÇÃO</b>	<b>LOCALIDADE</b>	<b>ENFOQUE</b>
Coletivo ALPV – Aliados Pelo Verso	2001	Aracaju	Hip-hop
Coletivo Nação Hip-hop Brasil	2005	Aracaju	Hip-hop
BC Movimento	2010	Barra dos Coqueiros	Educação, arte e cultura
Projeto Pescando Memórias	2012	Nossa Senhora do Socorro	Cultura popular
Coletivo de Mulheres de Aracaju	2012	Aracaju	Movimento feminista
Coletivo Quilombo	2012	Aracaju	Movimento negro e feminista
Coletivo Socorreria Arte Urbana	2014	Nossa Senhora do Socorro	Arte de rua (ênfase no grafitti)
Coletivo MUDE	2016	Aracaju	Educação
Coletivo Entre Becos	2017	Aracaju	Produção audiovisual e eventos culturais
Coletivo Inferninho	2017	Grande Aracaju	Produção de eventos culturais
Coletivo Bueiro	2018	Grande Aracaju	Hip-hop
Coletivo Camaleão Urbano	2018	Aracaju	Intervenção urbana, causas ambientais e arte
Coletivo Negro Beatriz Nascimento	2018	São Cristóvão	Movimento negro
Coletivo Exp	2019	Aracaju	Arte
Serigy Coletivo	2019	Aracaju	Música, poesia e artes visuais
Poesia Marginal	2019	Aracaju	Eventos (batalhas de poesia/slam)

Movimento Tudo para Todos	2019	Aracaju	Ações por moradia
Coletivo Yibambe	2020	Aracaju	Movimento negro
Coletivo Mulheres que Não Calam	2020	Aracaju	Movimento feminista

Durante o mapeamento dos coletivos, foi possível perceber uma diversidade de grupos que apresentam um enfoque em práticas artísticas. Nesse contexto, faz-se necessário evidenciar o hip-hop enquanto movimento presente nas realidades de muitos jovens sergipanos, sobretudo os que apresentam algum tipo de vulnerabilidade social (em especial negros e da periferia). Marcon e Souza Filho (2013), Freitas (2018) e Silva (2020) já discutiram sobre a importância do hip-hop na reivindicação de direitos das juventudes em Sergipe, movimento este que condensa música, dança e outros recursos artísticos em prol do engajamento juvenil. Ao realizar a pesquisa referente ao presente trabalho, pude notar que vários dos coletivos ainda se associam a este segmento e se encontram em plena atividade, cabendo mencionar coletivos como Aliados Pelo Verso – ALPV, Nação Hip-hop Brasil, BC Movimento e Coletivo Bueiro. Também é pertinente citar coletivos envolvidos em batalhas de poesias – conhecidas por *slams* – que reivindicam questões identitárias e políticas, a exemplo dos coletivos Poesia Marginal e Entre Becos.

No contexto do hip-hop, por vezes os coletivos são também entendidos como *posses*, como mencionei anteriormente no tópico 1.4. Marcon e Souza Filho (2013) percebem a dimensão política de tais grupos e discorrem que

a posse representa a articulação entre a atuação estética e a organização política de um grupo de artistas e ativistas do rap, do graffiti e da dança de rua mediados fortemente pela ideia que eles fazem da relação entre movimento cultural e consciência política, bem como na forma com que tal referência é mobilizada. (MARCON e SOUZA FILHO, 2013, p. 510)

Além do hip-hop, é possível ver no quadro movimentos relacionados a pautas antirracistas, feministas, ambientalistas e em prol da redistribuição de moradias e da arte de rua. É pertinente observar que há pontos que são comuns a todos os coletivos – suas características de organização e associativismo – mas também há pontos específicos de cada coletivo, como suas áreas temáticas. Esse fenômeno pode ser associado à segmentação da participação política das juventudes mencionada por Augusto (2008), que apresentam uma tendência em responder a pautas mais localizadas e menos vinculadas à política convencional. Campos e Sarrouy (2020, p. 23) reiteram esta questão quando afirmam que “o início do milênio dá origem a uma fase em

que se destaca a individualização e fluidez da participação política dos jovens orientada para causas específicas (*cause-oriented engagement*), que acompanha um desinteresse pela política formal e os seus atores”.

Tendo em vista as observações feitas neste subtópico, pode-se evidenciar a relevância cultural e política de alguns coletivos juvenis no estado de Sergipe (com ênfase na grande Aracaju), bem como enumerar a diversidade de iniciativas voltadas às juventudes nesse âmbito e perceber a relevância dos coletivos como novas formas de engajamento político dos jovens sergipanos.

### 2.3 Os coletivos MUDE e Socorreria Arte Urbana

Após situar o papel político ocupado por coletivos juvenis no âmbito regional (embora a literatura sustente características semelhantes em âmbito nacional e internacional), pode-se seguir a discussão de forma a introduzir os contextos específicos dos coletivos MUDE e Socorreria, como exemplos. Ambos são coletivos que atuam no estado de Sergipe e posicionam-se frente a questões políticas e culturais, promovendo o engajamento das juventudes nas atividades que propõem.

O Coletivo MUDE (sigla para Movimento Unificado Democrático Estudantil) é um coletivo localizado no estado de Sergipe, cuja principal pauta é promover o protagonismo juvenil a partir da cultura<sup>13</sup>. O coletivo foi fundado em 2016 e tem como coordenador Jonathan Hora, que possui um histórico de atuação em movimentos estudantis. O coletivo se caracteriza por promover iniciativas desde rodas de conversa, palestras em escolas, até eventos culturais como bloquinhos de rua<sup>14</sup>. O coletivo possui uma forte presença do movimento estudantil em sua composição, tendo já participado de audiências públicas e construído diálogos com representantes da política partidária. Cabe aqui contextualizar tal movimento para um melhor entendimento das pautas do Coletivo MUDE.

O movimento estudantil é historicamente reconhecido no país; desde sua atuação na ditadura militar, com ênfase em 1968<sup>15</sup>, até o período da redemocratização (FREIRE, 2008),

---

<sup>13</sup> Segundo consta na página oficial do coletivo no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivomudese/>. Último acesso em 25/11/2020.

<sup>14</sup> A exemplo do Bloquinho Mamãe Eu Quero Passar, criado em 2017 por estudantes secundaristas para comemorar as aprovações no ensino superior (segundo consta em postagem no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B7gp2YoBPJl/>). Último acesso em 25/11/2020.

<sup>15</sup> Mesquita (2003) considera o ano um marco para o movimento estudantil. Cabe mencionar eventos realizados nesse ano como a Passeata dos Cem Mil, organizada pelos estudantes, e a postura de contraposição dos mesmos ao AI-5.

bem como no ciclo de protestos de junho de 2013 (ANTUNES; BRAGA, 2014) e na ocupação das escolas públicas de ensino médio e técnicas a partir de 2015 (GOHN, 2017), o movimento estudantil esteve presente por meio de diversas entidades (como UNE, UBES e USES)<sup>16</sup> a nível estadual e nacional. Ao recorrer a tais momentos marcantes na história brasileira, é possível evidenciar o potencial de transformação política do movimento estudantil, já que este esteve presente na reivindicação por direitos dos estudantes e da sociedade civil como um todo.

Mesquita (2003) aponta que o movimento estudantil representa uma das possibilidades mais evidentes de atuação política para os estudantes brasileiros. Contudo, observa que o movimento não assume a mesma forma que possuía nos idos de 1968: na atualidade, encontra-se inserido no contexto de novas modalidades de participação política, modalidades estas discutidas na presente monografia. Partindo de tais considerações, o autor conclui que o movimento estudantil

não se limita a suas organizações estudantis e formais, mas se manifesta na própria dinâmica de criação de interesses e pautas que – transformadas diariamente pela realidade estudantil, pelas relações universitárias e pela sociedade civil – pode ser capaz de mobilizar os estudantes. (MESQUITA, 2003, p. 120)

Gohn (2017) também segue uma argumentação parecida ao discorrer sobre os novos sujeitos políticos nos movimentos voltados à educação:

Neste novo século, um dado novo entrou na pauta das lutas e estudos sobre a educação: são as novas formas de manifestação, especialmente de jovens, advindas da sociedade civil não organizada nos moldes clássicos, demandando educação - não apenas o acesso ou "mais educação" -, mas reivindicando ensino com qualidade, para além dos discursos e retóricas dos planos e promessas de políticos dirigentes. Na diversidade de demandas focalizadas, observam-se redes temáticas lutando por mudanças na sociedade no combate às desigualdades sociais e clamando por políticas públicas: educação de jovens e adultos; multiculturalismo e mudanças culturais; juventude e educação; educação no campo; educação popular; movimentos negros; movimentos indígenas; inclusão digital etc. (GOHN, 2017, p. 88).

Partindo desse contexto, Mesquita (2003; 2008) menciona o papel que coletivos de cultura assumem na atuação política das juventudes. Para o autor, os coletivos voltados à cultura estabelecem laços de proximidade com entidades estudantis, e situa tais coletivos como “herdeiros de uma tradição do movimento estudantil que alia cultura à participação, arte à política.” (MESQUITA, 2008, p. 204). Nesse sentido, Mesquita (2008) também enfatiza a informalidade como um dos critérios para um redimensionamento da prática política estudantil. Segundo o autor,

---

<sup>16</sup> Siglas para União Nacional dos Estudantes, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e União Sergipana dos Estudantes Secundários, respectivamente.



Todos estes elementos baseados nas micro-relações, na informalidade, são essenciais na construção de identidades, no fortalecimento dos grupos, na formulação de projetos de ação para o futuro. O corte identitário passa aqui através destas relações: da pessoalidade, do lazer, das relações construídas através dos signos que misturam elementos da identidade tanto estudantil quanto juvenil, etc.; diferente da dinâmica e lógica tradicional do movimento estudantil – também legítima – que passa por outras vias e espaços identitários e que produz outras regras e lógicas na ação militante. (MESQUITA, 2008, p. 194)

Desse contexto é oriundo o Coletivo MUDE: do redimensionamento da participação política estudantil e juvenil, que não está necessariamente vinculada a partidos políticos, mas que ainda assim se faz presente em reivindicações de jovens e estudantes, e do fenômeno observado por Mesquita (2003; 2008) da utilização de estratégias no âmbito da cultura para a proposição de iniciativas de cunho político.

O Coletivo Socorreria Arte Urbana (ou apenas Socorreria, quando referido por seus membros), por sua vez, é uma iniciativa que atua no município de Nossa Senhora do Socorro, tendo já realizado eventos como o 1º Encontro de Grafiteiros de Nossa Senhora de Socorro, em parceria com o Projeto Pescando Memórias, do mesmo município<sup>17</sup>. O coletivo foi fundado no ano de 2014 por quatro artistas de rua e dedica-se a esta área em específico, tendo o graffiti como seu maior expoente. Segundo matéria realizada pelo programa Giro Sergipe, o coletivo se vale do graffiti “para transformar artística e socialmente a vida de muito jovens”<sup>18</sup>.

Para um melhor entendimento das pautas abordadas pelo Coletivo Socorreria, cabe contextualizar brevemente o graffiti enquanto prática artística e política. O graffiti é um dos quatro elementos que compõem o movimento hip-hop, sendo os outros três o rap, o DJ e o *breakdance* (Silva, 2020). Surge em Nova York, na década de 1970, em regiões da cidade marcadas pela violência e pela ausência do poder público diante das necessidades e demandas da população (Almeida, 2013). Baseia-se na pintura em paredes, muros e outros espaços do cenário urbano que pode tomar a forma de textos ou imagens.

Nesse contexto, desenvolveu-se uma série de práticas e técnicas dotadas de recursos simbólicos específicos em torno do graffiti, e por meio deste os elementos do espaço urbano passam a tornar-se veículos de comunicação não convencionais. Segundo Gaggero *et al* (2013, p. 105), o graffiti configura-se enquanto “una alternativa para la gente ‘no escuchada’ que no cabe en la verticalidad de los medios de comunicación, abriendo una ventana de posibilidades y de participación.”.

---

<sup>17</sup> Informação disponível em: <https://expressaosergipana.com.br/1o-encontro-de-grafiteiros-nossa-senhora-de-socorro-sera-realizado-dia-30/>. Último acesso em 30/12/2020.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://gshow.globo.com/TV-Sergipe/giro-sergipe/noticia/movimento-hip-hop-e-tema-do-giro-sergipe-deste-sabado.ghtml>. Último acesso em 12/12/2020.

Almeida (2012, p. 95) traz uma série de discussões sobre os aparatos políticos presentes no graffiti que cabem na presente abordagem. O autor situa tanto a prática do graffiti quanto da pichação como atos políticos, alegando que ambas “intervêm no cotidiano das pessoas e das cidades, possibilitando outras formas de uso dos espaços públicos e privados, fissuras em relação ao que pode ser dito e quem o pode proferir.” Nesse sentido, o autor evidencia que

Mesmo sem intencionalidade política, graffiti e pichação não deixam de interferirem no cotidiano e de criar novos códigos e novos comportamentos no âmbito urbano. Estas práticas operam modificações na forma de se pensar o que significa viver numa cidade e quais são os limites por ela impostos. O político pode ser entendido como aquilo que modifica as formas sensíveis do que pode ser visto e dito. (ALMEIDA, 2013, p. 94)

Contudo, cabe mencionar que a prática do graffiti passa a ser marginalizada com o passar dos anos; passa a ser relacionada, no imaginário social, a atos criminosos de vandalismo e delinquência que, em diversos casos, devem ser punidos (ALMEIDA, 2013). A prática conta, portanto, com uma série de tensões envolvendo questões de autoridade – bem como conta com estratégias de contestação e enfrentamento das mesmas.

A semântica dos nomes de ambos os coletivos – MUDE e Socorreria – também pode ser explorada para uma melhor compreensão dos contextos nos quais se inserem. Como mencionado anteriormente, a sigla MUDE, que nomeia o primeiro coletivo, refere-se ao Movimento Unificado Democrático Estudantil. É pertinente observar que, ao mesmo tempo em que este nome situa um grupo no âmbito do movimento estudantil, a sigla que comporta estes termos refere-se ao verbo mudar, o que indica uma postura ativa que visa transformar a realidade. O nome Socorreria, por sua vez, surgiu da conexão entre o cotidiano e as atividades dos membros do coletivo no ramo artístico, como evidencia um dos representantes em entrevista para a presente monografia: “se é muita correria em Nossa Senhora do Socorro, mano, e nós consegue fazer isso, nós somos Socorreria” (Entrevista com Alefake, 2020). É possível notar, com base nestas observações, que ambos são nomes que representam questões importantes tanto para a compreensão do fenômeno das juventudes quanto da política; seja quando referida a atitudes propositivas de mudança estrutural, seja referida às possibilidades de intervenção dos jovens em seu cotidiano.

Após situar os contextos e enfoques dos coletivos MUDE e Socorreria Arte Urbana, é pertinente mencionar que os mesmos foram escolhidos para serem analisados no presente trabalho devido a ambos exemplificarem dois tipos predominantes de atuação (ou agência) política e de envolvimento com a política pública. O Coletivo MUDE, em primeiro lugar, é um coletivo que atua por meio de iniciativas culturais como estratégias de engajamento das

juventudes em pautas voltadas à educação. O coordenador do coletivo é também presidente do Conselho Estadual da Juventude (CONEJUVE), ou seja, representa um contexto de maior contato com o poder público ao passo em que está presente em decisões voltadas à participação das juventudes na elaboração de políticas públicas. Estudar o Coletivo MUDE apresenta relevância devido a este representar uma intersecção entre as pautas dos coletivos – segundo a literatura consultada, caracterizadas por uma desinstitucionalização – e um diálogo com o poder público, por sua vez institucionalizado.

O Coletivo Socorreria Arte Urbana, em segundo lugar, é um caso que contrasta com as proposições do Coletivo MUDE; as lideranças do coletivo se inserem em contextos menos agregados à política institucional, vendo na arte em si uma forma de ação política. O Coletivo Socorreria representa uma juventude aliada às diversas formas de participação política associadas a estilos de vida, participação esta que se manifesta pela ocupação do espaço público e pelas práticas artísticas. Estas questões entram consonância com as discussões levantadas no tópico 1.4, assim como também representam o fenômeno do associativismo das juventudes e de decréscimo na participação política partidária. Como sintetiza Augusto (2008),

À luz da individualização e da desinstitucionalização que caracteriza os jovens contemporâneos, o associativismo surge claramente como uma alternativa ou como um espaço de revinculação da acção colectiva, uma possibilidade que é tanto mais válida quanto mais se aproximar do seu quotidiano e menos depender de (ou contribuir para) lógicas partidárias. (AUGUSTO, 2008, p. 172)

Dessa maneira, os coletivos MUDE e Socorreria podem ser entendidos como relacionados a tal fenômeno de associativismo das juventudes mencionado por Augusto (2008). As estratégias propostas por cada um dos coletivos – tanto no campo da educação quanto da arte de rua – representam os espaços de revinculação da ação coletiva mencionados pelo autor, ao passo em que pretendem transformar a realidade social das comunidades em que estão inseridos.

Por fim, neste capítulo busquei analisar como os coletivos juvenis se inserem enquanto novos recursos de participação política por parte das juventudes na contemporaneidade, recorrendo a autores como Augusto (2008), Campos e Sarrouy (2020), Gohn (2008), Reguillo (2003) e outros. Foram analisados o caráter autogestionado dos coletivos, o fenômeno dos novos movimentos sociais e como os coletivos estão circunscritos nesses processos.

Em seguida, situei o contexto dos coletivos juvenis no estado de Sergipe e como estes coletivos associam sua atuação política a recursos estéticos, como a arte, e diluem-se em uma diversidade de pautas (como movimento negro, movimento feminista, causas ambientais etc.),

sendo isto um retrato do “engajamento orientado por causas” mencionado por Campos e Sarrouy (2020). Discuti, também, os entraves encontrados para mapear todos os coletivos juvenis existentes no estado, dado seu caráter mais fluido e menos formalizado.

Posteriormente, apresentei os dois coletivos que compõem o objeto de pesquisa do presente trabalho de conclusão de curso, e discuti os contextos nos quais se inserem, bem como tracei relações entre tais contextos – o movimento estudantil e o graffiti – e as propostas de cada um dos coletivos. As discussões mencionadas acima são imprescindíveis para um melhor entendimento das estratégias de atuação política dos coletivos MUDE e Socorreria, nas quais irei me aprofundar no capítulo seguinte.

## **2. CAPÍTULO III – Os coletivos MUDE e Socorreria Arte Urbana frente à situação de políticas de juventude em Sergipe**

Neste terceiro capítulo, me dedico aos dois coletivos (MUDE e Socorreria Arte Urbana). Discutirei, com base na realização de entrevistas semiestruturadas e na relação dos dados obtidos com a literatura especializada, como os coletivos citados articulam-se no contexto da relação entre juventudes e políticas públicas. Dessa maneira, serão analisadas as formas de entendimento e de atuação dos coletivos, a partir do entendimento de suas lideranças e as diferentes formas de envolvimento com a política pública para as juventudes. O capítulo será subdividido em três subtópicos, explicitados a seguir.

No primeiro subtópico, focarei nas trajetórias dos representantes dos coletivos MUDE e Socorreria Arte Urbana. Por meio desta abordagem, buscarei analisar como podem ser observados elementos referentes aos novos contextos de atuação política vividos pelas juventudes; como estes líderes se posicionam nos lugares em que ocupam, e que papéis ocupam na disputa por direitos? Nesta discussão, os conceitos propostos por Bourdieu (2005) servirão de aporte teórico para analisar como as trajetórias dos representantes de ambos os coletivos podem evidenciar questões envolvendo o acúmulo do que o autor entende por capital social e cultural, recursos fundamentais na consolidação das trajetórias de lideranças políticas. Tais questões podem ajudar a entender as formas de mobilização e atuação predominantes entre os coletivos no que diz respeito ao envolvimento destes com o tema da política pública, às suas habilidades no trato do político e da articulação de demandas, bem como de como fazer e de como buscar legitimidade e apoio no âmbito dos coletivos.

No segundo e no terceiro subtópico, por sua vez, discorrerei sobre as formas de mobilização e atuação dos coletivos na arena política. Nesse momento, buscarei me aprofundar nas estratégias utilizadas pelos coletivos para obter engajamento das juventudes, bem como nas frentes que são escolhidas pelos mesmos para a atuação política. A partir de tais dados, iniciarei uma série de discussões sobre a relação entre os coletivos estudados no presente trabalho, as formas de participação política vigentes no âmbito das juventudes e o papel de recursos artísticos e culturais nesse contexto. Discutirei, também, como as iniciativas dos coletivos proporcionam perspectivas de agência política para os seus integrantes e para os jovens que são seu público-alvo. Nesta discussão, utilizarei os conceitos de Ortner (2007) para propor reflexões

sobre agência, e os conceitos elaborados por Reguillo (2003) e Delgado (2013) para discutir novos formatos que o fazer político assume em tais contextos.

Dessa forma, no terceiro e último capítulo da presente monografia, trato de analisar o material empírico recolhido em uma etapa mais avançada da pesquisa, coligindo tal material com as discussões levantadas nos capítulos anteriores. Por meio deste capítulo, pretendo explicitar como as trajetórias sociais das lideranças dos coletivos estudados apresentam relevância para a consolidação dos mesmos enquanto figuras que atuam politicamente em seus respectivos contextos. Buscarei, também, evidenciar como os coletivos MUDE e Socorreria Arte Urbana atuam ao questionar a disponibilidade de políticas públicas e reivindicar direitos das juventudes a partir de suas próprias estratégias e seus próprios referenciais.

### **3.1. Trajetórias das lideranças dos coletivos**

Aqui, buscarei me aprofundar nas trajetórias dos representantes dos coletivos que compõem o objeto da presente pesquisa. Para um melhor entendimento de suas respectivas trajetórias, trago uma discussão prévia sobre o que entendo por trajetórias e como estas influenciaram na atuação dos representantes nos coletivos. A abordagem das trajetórias subjetivas exposta por Dubar (1998) é pertinente para analisar as categorias propostas neste subtópico. O autor situa que tal abordagem se apoia em processos identitários individuais, tendo como ponto de partida o “percurso” de um indivíduo que é explicitado durante a entrevista (DUBAR, 1998), sendo este percurso interpretado como a chamada trajetória. Dessa maneira, segundo Dubar (1998), a trajetória subjetiva é composta pelo enredo narrado na entrevista e posteriormente formalizado por um esquema lógico, que é elaborado pelo pesquisador através de uma análise semântica.

O recolhimento dos dados necessários para a constituição das trajetórias aqui apresentadas foi feito por meio do contato com um representante de cada coletivo, seguido pela realização de entrevistas semiestruturadas com os mesmos. O contato com o representante do Coletivo Socorreria se deu por meio das redes sociais, a partir dos números de telefone disponibilizados na página do Instagram do coletivo. Estabelecemos conversas informais acerca das relações entre juventudes e produção artística, e em seguida a entrevista foi formalmente marcada e realizada. Já o contato com o coordenador do Coletivo MUDE se deu de forma mais rápida, devido ao mesmo já ter sido entrevistado por mim em outro momento, para a pesquisa de iniciação científica sobre juventudes e políticas públicas. Ambas as entrevistas foram

realizadas na rede social WhatsApp, a partir da utilização do recurso de gravação de mensagens de áudio. Dado início às entrevistas, solicitei aos representantes sua permissão para a utilização das informações fornecidas pelos mesmos para a finalidade desta pesquisa, tendo o consentimento de ambos.

As entrevistas tiveram como eixos principais: a) as trajetórias sociais de cada um dos representantes dos coletivos, sendo tais trajetórias abordadas a partir de questões envolvendo temas como idade, vida familiar, locais de moradia, escolarização, envolvimento político e outros tópicos; e b) modalidades de participação política através dos coletivos, a partir do que seus representantes entendem por atuação política, bem como das estratégias utilizadas pelas organizações para adquirir engajamento das juventudes. Tais temáticas (as trajetórias sociais e as modalidades de participação política) possibilitaram ver o perfil destas lideranças em termos de compreensão sobre as características de suas agências no plano da política.

Em um primeiro momento, trago a trajetória do coordenador do Coletivo MUDE<sup>19</sup>, Jonathan Hora, que evidencia um histórico de amplo envolvimento com o movimento estudantil, tendo ocupado diversos cargos neste contexto: cabe mencionar que ele exerceu os cargos de diretor de cultura da União Sergipana dos Estudantes Secundaristas (USES) presidente do Conselho Estadual de Juventudes (CONEJUVE), e conselheiro nacional de juventudes. O entrevistado, antes de fundar o Coletivo MUDE, já havia participado de outro coletivo. O coletivo chamava-se Reinventar e era composto pela juventude militante do PDT (Partido Democrático Trabalhista), e apoiava-se na escola como ferramenta principal de transformação social, a partir das ideias de Darcy Ribeiro. Foi por meio da atuação neste coletivo que o atual coordenador do Coletivo MUDE iniciou seu envolvimento com a temática das juventudes. É pertinente mencionar que o entrevistado atuou por um tempo na militância juvenil do PDT, mas, segundo ele, nunca foi formalmente filiado ao partido.

Posteriormente, Jonathan conta que optou por fundar o Coletivo MUDE visando uma maior autonomia diante das implicações do partido: “a gente [o coletivo] decidiu criar nosso próprio coletivo que a gente tomasse conta, que a gente decidisse, que a gente dissesse qual o caminho que o coletivo deveria tomar.” (Entrevista com Hora, 2020). As colocações do entrevistado suscitam uma série de reflexões acerca das reivindicações da juventude frente aos enquadramentos da política partidária. Como visto neste caso, não é suficiente estar apenas associado à militância de um partido; a autonomia política é uma prioridade, e se não pode ser garantida em um determinado contexto, será reivindicada a partir da desagregação das

---

<sup>19</sup> Entrevistas realizadas em 02/07/2020 e 03/12/2020.

juventudes e do reagrupamento das mesmas em outras organizações. Cabe mencionar que os outros integrantes do coletivo partilham de contextos semelhantes aos de Jonathan, integrando também alguns movimentos estudantis.

O Coletivo Socorreria, por sua vez, possui quatro coordenadores, tendo um deles representado o coletivo durante a entrevista para esta pesquisa<sup>20</sup>. O representante atende pelo nome artístico de Alefake, ou apenas Fake, e sua trajetória é de envolvimento constante com a arte do graffiti, envolvimento este que foi adquirindo proporções maiores com o passar dos anos. Além do graffiti, já trabalhou como artista de rua, artista plástico, garçom, atendente de telemarketing e assistente administrativo. Fake grafita há mais de dez anos, e percorreu o país participando de eventos e oficinas nesse âmbito.

Cabe mencionar, também, sua participação em eventos da UNE e UJS; o entrevistado afirma que é responsável por representar o movimento estudantil de Sergipe através das artes. Fake atuou no movimento secundarista durante o período escolar, e continuou a associar-se a tais iniciativas mesmo após o ensino médio. Durante a entrevista, o artista explicitou sua relação com o movimento:

Fui pra Brasília, pra um congresso da UNE, que eu ainda continuo militante, fazendo os movimentos, os projetos sociais junto com o pessoal da UJS [...], eles sempre me chamam pra os congressos, pra que eu possa tá exercendo minha arte mas também representando a UJS de Sergipe através das artes. Eu sempre coloco um salve, uma dedicatória pra eles; isso pelo valor político que eles têm, entendeu? Eu sou militante mesmo de esquerda, mas também sou um pouco partidário. (Alefake, 09 dez. 2020)

Em 2014, Fake funda o Coletivo Socorreria Arte Urbana (sendo referido na maioria das vezes apenas como Coletivo Socorreria) em conjunto a três colegas que partilhavam de estilos de vida similares, atuando no campo da arte de rua. Nesse contexto, o entrevistado menciona que o envolvimento com outros coletivos foi fundamental para entender tais formas de atuação artística e política, bem como para adaptar os recursos utilizados por tais grupos na realidade vivida pelos integrantes do Socorreria. Segundo Fake, “assim a gente conseguiu ter uma vivência a partir de outros coletivos que vimos em outras cidades, a tá usando isso a nosso favor, em nossa cidade, e também algo que seja mais contemporâneo.”

Mesmo diante de trajetórias distintas, é possível utilizar as categorias propostas por Bourdieu (2015) para analisá-las. Os conceitos de capital social e cultural desenvolvidos pelo autor servem de aporte teórico para pensar o conjunto de fatores influentes nas trajetórias de figuras que ocupam posições relevantes em um campo específico. Bourdieu (2015) entende,

---

<sup>20</sup> Entrevista realizada em 09/12/2020.



primeiramente, o capital social como “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas” (BOURDIEU, 2015, p. 75) e observa que essas redes estão ligadas à vinculação a grupos. O capital social é acumulável, e como Bourdieu (2015, p. 75) afirma, “o volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado.” O capital cultural, por sua vez, representa o conjunto de conhecimentos adquiridos nessa trajetória e manifesta-se em três estados: incorporado (quando o capital é assimilado pelo corpo, tornando-se, então, *habitus*); objetivado (quando o capital é materializado na forma de bens) e institucionalizado (quando o capital cultural é reconhecido por meio de diplomas, certificados e títulos) (BOURDIEU, 2015).

Em ambos os percursos, o estabelecimento de redes de relações foi importante, cabendo usar aqui o conceito de capital social. O primeiro contato do coordenador do coletivo MUDE com o movimento estudantil se deu por meio de uma pedagoga da Escola Estadual Senador Lourival Fontes, localizada no bairro Santo Antônio, na qual estudava, que considerou que o mesmo atuaria bem enquanto liderança. Essa entrada no movimento estudantil passa a ser o princípio de todo um histórico nesse meio, que contou com a aquisição de conhecimentos no campo e culminou na ocupação de cargos como conselheiro estadual de juventudes – exemplos de capital cultural, manifesto também em termos políticos.

No caso de Fake, do Coletivo Socorreria, o contato com *crews* de graffiti foi essencial para aprimorar os conhecimentos adquiridos e para estabelecer redes com figuras relevantes no meio. O termo *crew* origina-se na língua inglesa, sendo utilizado para referir-se a “galeras”, ou grupos de rua (FURTADO, 2012). No contexto do graffiti, *crew* é o nome utilizado para referir-se aos grupos formados por grafiteiros. Segundo Furtado (2012, p. 2018), “Por meio da formação de *crews*, os grafiteiros estabelecem vínculos entre si, diferenciando-se uma *crew* das outras pela definição de um estilo próprio e também por um signo identitário que a caracteriza, um nome.” O representante do Coletivo Socorreria evidencia o papel das *crews* em sua trajetória:

Em 2010 eu conheci o graffiti, que aí foi quando eu comecei a ir pra rua pra me expressar. E aí através do arteiro Zori, Ricardo Zori, ele passou uma oficina de graffiti, eu participei, e aí ele, né, me ensinou uma boa parte das coisas que eu aprendi no começo. E aí depois eu comecei a me empenhar, ir pra rua em 2011, mesmo, eu já tava ali em uma *crew* que é uma grife, um grupo de grafiteiros daí de Aracaju, e eu, morador de Nossa Senhora do Socorro, entrei na Família L.A, que é a Família Laboratório da Arte, a *crew* também, né, que na minha gestão, quando eu ainda tava, foi pioneira no Primeiro Encontro Nacional de Grafitti em Aracaju, foi o chamado Agora é a Vera, e até agora

fizemos cinco edições. [...] É um evento massa, que me ajudou a evoluir bastante, conhecer muita gente, e também sair do meu estado. Até então eu nunca tinha saído do estado. (Alefake, 09 dez. 2020)

Nesse sentido, é interessante associar a narrativa citada por Fake a uma intersecção entre os capitais social e cultural propostos por Bourdieu (2015). O acúmulo de capital social é visto na trajetória do artista por meio dos grupos – ou *crews* – dos quais fez parte e das oportunidades adquiridas em tais contextos, e o acúmulo de capital cultural pode ser visto no aprimoramento de técnicas próprias do graffiti a partir do estabelecimento das redes mencionadas. Voltando ao caso do coordenador do Coletivo MUDE, o capital cultural pode ser visto no estado institucionalizado ao levar-se em conta a ocupação de cargos institucionais que o legitimam enquanto figura atuante na reivindicação por direitos das juventudes.

Além disso, é pertinente observar que enquanto para Jonathan o ambiente destacado como politizador foi a escola e o grêmio estudantil, para Fake este ambiente foi a “galera” da arte de rua. Neste movimento de aproximações e diferenças entre as trajetórias dos representantes dos coletivos, pode-se evidenciar uma série de contrastes, mas também de similaridades ao compreender tanto os grêmios estudantis quanto as *crews* do graffiti como meios de articulação política das juventudes.

Também é possível notar um movimento de desagregação diante da política partidária, a exemplo da busca por autonomia política enquanto prioridade por parte do Coletivo MUDE e das *crews* enquanto campos de acumulação de capital político e cultural na trajetória Fake. Entretanto, como visto em suas respectivas trajetórias, Jonathan ocupou uma série de cargos institucionais no âmbito do movimento estudantil e da representação das juventudes. Fake, por sua vez, ainda que não estivesse formalmente vinculado, esteve presente em encontros e congressos do movimento estudantil devido ao reconhecimento pelo mesmo de que tais pautas são relevantes para a atuação política.

A relação entre o envolvimento político nas escolas ou fora delas, através dos coletivos, coloca o entendimento de que os partidos não são o principal meio de participação das juventudes, embora em algum momento sejam importantes. Esta ambiguidade voltada ao fazer político presente em ambas as trajetórias evidencia um distanciamento crescente destes jovens da política partidária, fenômeno discutido por Campos e Sarrouy (2020), Bhogossian e Minayo (2009) e Augusto (2008); contudo, simultaneamente, o movimento de aproximação de setores mais institucionalizados evidencia o que Marcon e Souza Filho (2013) pontuam quando se referem às *posses* do hip-hop sergipano:

Os jovens ligados a uma *posse* se aproximam estrategicamente de escolas, de organizações não governamentais, de movimentos sociais e de partidos políticos, procurando não apenas a ampliação de suas possibilidades de atuação e novos recursos de ativação política, mas também o reconhecimento e a legitimidade pública de suas ações, como narram alguns de nossos entrevistados. (MARCON e SOUZA FILHO, 2013, p. 516)

Há, portanto, um entendimento por parte das lideranças dos coletivos de que é necessário buscar as próprias formas de representação política, mas em alguns momentos a associação a movimentos estudantis e setores mais institucionalizados da política opera de maneira estratégica a fim de viabilizar novas discussões em torno da mobilização política. Como também pontuam Marcon e Souza Filho (2013, p. 526), em virtude da adoção de tais estratégias, os jovens que atuam nas *posses* “passaram a transitar em outros contextos, inclusive de entidades e organizações sociais e políticas regionais, estaduais e nacionais, começando também a promover ações e eventos que ultrapassam a abrangência local.” (2013, p. 526). O que pode ser visto em um dos relatos de Fake citados acima, quando o interlocutor conta que, em eventos realizados pelo movimento estudantil, percorreu o país com a finalidade de representar a juventude que atua no graffiti.

Dessa maneira, também é possível considerar o envolvimento de Jonathan e Fake com o movimento estudantil (e no caso de Jonathan, com conselhos e estruturas administrativas) como forma de adquirir uma série de capitais simbólicos que possibilitem uma atuação efetiva no campo das artes e da educação. Tais capitais, manifestos também na esfera geracional, podem ser pensados como característicos das lideranças dos coletivos, que adquirem capital político envolvendo-se com a militância estudantil e depois com outros setores - embora de modos distintos da atuação política “tradicional”, pois as ações e a mobilização dos coletivos ainda são mais pautadas por suas causas específicas.

### **3.2. Formas de mobilização e de agências a partir do Coletivo MUDE**

Tendo dado início a uma série de discussões acerca das trajetórias dos responsáveis pelos coletivos estudados no presente trabalho, pode-se avançar para o campo das formas de mobilização e agência dos jovens destes coletivos. Antes de me aprofundar nas práticas dos coletivos em específico, considero pertinente trazer uma discussão prévia sobre o que entendo, afinal, por agência. Utilizo o conceito de agência segundo discutido por Ortner (2007), que define duas modalidades de agência: a primeira, associada a relações de poder, e a segunda

relacionada a projetos culturalmente construídos pelos sujeitos sociais. Ambas as modalidades contrastam entre si, ao mesmo tempo em que estão inter-relacionadas.

Quando vinculada a questões de poder, Ortner (2007, p. 64) define a agência enquanto “sinônimo das formas de poder que as pessoas têm à sua disposição, de sua capacidade de agir em seu próprio nome, de influenciar outras pessoas e acontecimentos e de manter algum tipo de controle sobre suas próprias vidas”. Quando relativa à capacidade de exercer projetos – a agência de projetos –, a autora observa que nesse contexto “as pessoas procuram realizar coisas valorizadas dentro do contexto de seus próprios termos, suas próprias categorias de valor” (ORTNER, 2007, p. 66). A agência de projetos, portanto, “tem a ver com pessoas que nutrem desejos de ir além de suas próprias estruturas de vida, inclusive – o que é muito central – de suas próprias estruturas de desigualdade” (ORTNER, 2007, p. 68).

Os apontamentos feitos acima sobre as conceitualizações de agência segundo Ortner (2007) são importantes porque tais categorias são úteis para uma análise dos projetos que os integrantes dos coletivos MUDE e Socorreria empregam diante de estruturas de poder – a exemplo da situação de políticas públicas na região metropolitana de Aracaju e da relação que mantêm (ou não) com órgãos públicos. Tendo sido feitas estas observações, é possível prosseguir para uma análise concreta das suas formas de mobilização. Apresento, primeiramente, as estratégias empregadas pelo Coletivo MUDE.

Como mencionado no subtópico anterior, o Coletivo MUDE surge como um desdobramento da militância juvenil de um determinado partido. Suas principais pautas envolviam aglutinar grêmios estudantis, DCEs e centros acadêmicos no âmbito do movimento estudantil. Posteriormente, o coletivo passou a assumir formas próprias ao comportar problemáticas referentes às juventudes no geral (Entrevista com Hora, 2020).

Nesse contexto, a ideia de protagonismo juvenil passa a ser adotada pelo coletivo na realização de suas atividades. O conceito entra como peça-chave nesse processo por atribuir às juventudes um sentido de ação diante das comunidades nas quais se inserem; nas palavras do entrevistado, o protagonismo juvenil “é a ideia de que quando você torna o jovem, o adolescente, o estudante, participante, atuante e construtor daquele espaço onde ele vive [...], a primeira coisa que ele tende a ter é uma identidade com aquilo ali.” (Entrevista com Hora, 2020). Dessa maneira, a perspectiva do jovem enquanto sujeito capaz de intervir (à sua maneira) em diferentes contextos se torna indispensável nos princípios do coletivo.

A partir de 2017, o Coletivo MUDE passou a assumir frentes de cunho cultural, cabendo frisar a realização de eventos como o bloquinho Mamãe Eu Quero Passar e o Festival Estudantil

de Cultura e Arte. Também houve a criação de uma companhia de teatro mudo responsável por encenar peças envolvendo questões sociais voltadas ao público jovem. Considero pertinente citar as colocações de Jonathan a respeito:

A gente entendeu, logo no início da criação do coletivo MUDE, que a cultura poderia ser fundamental nesse processo. Então a gente criou uma companhia de teatro de estudantes e levou essa companhia para várias localidades, um teatro que não era falado, mas que tinha expressões, imagens e cenas que falavam muito, principalmente de identidade racial. Nós tivemos também um teatro falando da violência contra a mulher, com cenas também que não eram faladas, mas por exemplo, dentro de um ônibus, o assédio que é cometido diariamente, tinha uma cena de um hospício, [...] então era um teatro mudo, mas que falava muita coisa. Nós conseguimos chegar a muitas pessoas dessa forma, muitas pessoas foram identificadas e começaram a entrar no movimento estudantil a partir da cultura. (Jonathan Hora, 03 dez. 2020)

Com base no relato explicitado acima, é possível perceber como ações culturais geram um engajamento considerável das juventudes. Segundo o próprio Jonathan, “a cultura tem sido, e foi, uma ferramenta de entrar nas escolas e sensibilizar as juventudes, ao menos para entrar em uma discussão.” (Entrevista com Hora, 2020). Dessa forma, o Coletivo MUDE utiliza-se de iniciativas culturais como meios de articulação que visam a mobilização política das juventudes, sobretudo no âmbito do movimento estudantil. Pode-se, além disso, estabelecer uma relação entre o engajamento gerado pelo teatro mudo e as discussões feitas no tópico 1.4 sobre novas formas de participação política por parte das juventudes, formas essas que encontram no cotidiano, na produção artística novos sentidos.

Como mencionado no tópico 1.3, poucos municípios do estado de Sergipe possuem verba própria para a elaboração e execução de projetos voltados à juventude. Como também mencionado em tal subtópico, o município de Nossa Senhora do Socorro é um dos poucos que trabalham com políticas de juventudes através da cultura. O coordenador do Coletivo MUDE, que também fez parte da gestão do setor de juventudes do município, relatou uma iniciativa realizada nesse contexto, bem como seus resultados:

Quando cheguei, criei um projeto chamado sexta-feira cultural, lá no grêmio estudantil. Uma vez por mês todo mundo se reunia, fazia uma festa na escola, e a galera que escolhia a programação. E quando eu fui fazer na primeira vez, numa escola lá no Parque dos Faróis, os meninos falaram que tinha que ter um sambão, um batucão, que tinha que ter brega funk. E eu sempre achei que isso não era pedagógico, que não tinha como a gente usar essas coisas pra serem ferramenta educacional. Mas os meninos de 13, 14, 15 anos do Parque dos Faróis entendem que isso é importante pra sua cultura. Então, iniciou um debate para a gente lá, tanto a equipe da secretaria como também os próprios estudantes, de como essas músicas, esse brega funk pode ser utilizado pra educação. [...] Todas as políticas que foram criadas não foram pensadas nessa realidade. [...] (Jonathan Hora, 02 jul. 2020)

O entrevistado, além disso, aponta divergências intergeracionais que evidenciam a importância de se levar em conta os estilos de vida vividos pelas juventudes:

Por exemplo, você pega um samba de coco, que é típico de Nossa Senhora do Socorro (também temos comunidades que têm com muita força o samba de coco), mas o samba de coco não atinge grande parte da juventude, porque às vezes o jovem fica “ah, é negócio de velho”. Faltou, em algum momento, utilizar essas novas práticas. E aí lembrei de um programa que é muito eficaz nisso, o Arte na Escola, que é um programa criado por lei em 2008 pela prefeitura, que faz esse diálogo. O Arte na Escola é um programa de dança, você tem balé clássico que eles misturam com forró, com funk, com rock. E aí eu acho que é uma coisa que de fato atinge a política pública de forma cultural, atinge ali o seu público-alvo de maneira efetiva, porque você dialoga com essa realidade. [...] (Jonathan Hora, 02 jul. 2020)

É interessante pontuar que, no caso citado acima, pode-se ver que a proximidade geracional de Jonathan (que é jovem) com os alunos da escola do Parque dos Faróis possibilitou a abertura de um diálogo com estes adolescentes. Nesse sentido, cabe levantar uma discussão sobre a presença de capitais sociais e simbólicos em tal situação, capitais estes que assumem um formato geracional e possibilitam a interação entre o setor de juventudes de Nossa Senhora do Socorro e os estudantes da escola mencionada. As iniciativas realizadas pela gestão de Nossa Senhora do Socorro, aliadas às atividades do Coletivo MUDE, evidenciam o que Diógenes (2009) entende por uma produção de significados compartilhados, que levam em conta uma pluralidade de estilos de vida que deve ser contemplada para a execução de políticas de juventude.

Quanto à questão das políticas públicas, o Coletivo MUDE posiciona-se num cenário de iniciativas escassas voltadas às juventudes por parte do poder público. Segundo Jonathan, o maior problema referente a esta questão é a falta de diálogo entre o poder público e as organizações juvenis, que raramente são chamadas para o processo de construção da política pública (Entrevista com Hora, 2020). O coordenador aborda tal problemática chamando atenção para a necessidade de se conectar o poder público à participação das juventudes:

Eu ousou dizer que a última política pública que foi construída por várias mãos, e a partir de várias organizações, foi a criação do Conselho Nacional de Juventude, em 2014. Isso inclusive é muito antes de mim, da minha participação. De lá pra cá, todas as políticas públicas que foram criadas foram políticas do governo do estado, de maneira do poder público tão somente. A principal obrigação da Coordenação de Juventude é fazer essa organização, é chamar os movimentos sociais para entender suas demandas, é construir a emancipação e a organização, a autonomia dessas organizações, e das pessoas que estão em torno dessas organizações. (Jonathan Hora, 02 jul. 2020)

Dessa forma, com base nas colocações de Jonathan, pode-se perceber que não é suficiente a construção de políticas voltadas às juventudes unicamente por parte de governos e prefeituras. Os jovens reivindicam sua participação nesse contexto - quando não podem estar

presentes na elaboração da política pública, articulam-se à sua própria maneira, enfatizando as pautas políticas que consideram urgentes.

Outra questão que trago é o sentido de colaboração entre diferentes coletivos proposto pelo Coletivo MUDE e evidenciado por Jonathan; quando o poder público não atende todas as demandas das juventudes, além destas se organizarem com seus próprios recursos, também constroem redes com outros coletivos que lhes possibilitam agir efetivamente em diversos contextos, como no caso referente à pandemia de COVID-19 explicitado abaixo. Essa questão pode ser relacionada à agência de projetos conceituada por Ortner (2007), discutida neste subtópico. As iniciativas propostas pelo Coletivo MUDE em escolas, que mesclam abordagens já presentes no movimento estudantil com novos recursos (como o teatro mudo e os gêneros musicais pelos quais os estudantes tinham preferência), representam estratégias de ação por parte dessas juventudes.

É pertinente pontuar que tal mobilização se dá fora do poder público; as iniciativas mencionadas por Jonathan são realizadas no âmbito do Conselho Estadual da Juventude, como menciona o entrevistado:

Então, por exemplo, logo quando começou a pandemia, em março, a primeira coisa que nós fizemos foi convidar todas as organizações que estão ou não dentro do Conselho, que entendem o Conselho como importante ou não, para entender como é que a gente poderia atuar e criar algo pra juventude nesse período de pandemia, porque a gente entende que o Coletivo MUDE tem uma expertise na sua área, mas tem outro coletivo que tem um trabalho com meio ambiente, por exemplo, que tem uma outra experiência na sua área de atuação e que a gente precisa também atender a esses jovens. Quando a gente fez o Diagnóstico da Juventude, antes de lançar o Diagnóstico nós conversamos com mais de 80 organizações na ideia de aperfeiçoar o Diagnóstico e responder perguntas dentro do Diagnóstico que na minha cabeça, ou na cabeça dos outros conselheiros, não tinham sido respondidas ainda. (Jonathan Hora, 03 dez. 2020)

Após analisar as modalidades de ação política do Coletivo MUDE, pude constatar que, ainda que haja uma diversidade de práticas realizadas que se utilizam de recursos culturais para atrair as juventudes, a principal esfera de atuação do coletivo segue sendo a educação, e seu foco o movimento estudantil. É interessante observar, com base nos dados apresentados nos subtópicos 3.1 e 3.2, que o coletivo surge de um contexto partidário, aliado, em um primeiro momento, a propostas dentro da política representativa – o próprio coordenador do coletivo, ainda que não esteja filiado a nenhum partido, chegou a atuar na área da gestão pública e a ocupar cargos em Conselhos estaduais e nacionais. Se, por um lado, o agrupamento das juventudes em coletivos que fogem de padrões institucionais representa uma nova formatação do fazer político, por outro lado ainda há o reconhecimento de que é necessário se relacionar à

política institucionalizada em alguns momentos, visto que nem sempre o poder público atende as demandas dos jovens, como evidenciei a partir das colocações do entrevistado.

### **3.3. Formas de mobilização e de agências a partir do Coletivo Socorreria Arte Urbana**

O Coletivo Socorreria Arte Urbana destaca-se no campo da arte de rua. Através da realização de eventos e oficinas que têm como foco o ensino de práticas artísticas (com ênfase no graffiti), o coletivo articula suas principais atividades. O coletivo já ministrou aulas e realizou oficinas em instituições como CREAS e CENAM, que atendem a pessoas em situação de vulnerabilidade social e menores infratores, respectivamente, em escolas como o Colégio João Alves e em bairros como o Conjunto Jardim, em Nossa Senhora do Socorro. Nas palavras do representante do coletivo entrevistado, “se for pra falar de trabalhos com jovens, nós realizamos esses tipos de trabalhos que são oficinas ensinando a arte do graffiti. É uma forma de eles ganharem dinheiro sem precisar fazer coisas à margem da lei, à margem da sociedade.” (Entrevista com Fake, 2020)

É importante mencionar que, diferentemente do Coletivo MUDE, o Coletivo Socorreria não apresenta em seu histórico uma atuação em setores da política partidária – o que não quer dizer que suas práticas não sejam dotadas de princípios políticos. Por meio da entrevista com Fake, foi possível estabelecer uma série de relações entre as propostas do coletivo e a reivindicação de direitos dos jovens que o compõem. Cabe citar algumas reflexões do entrevistado a respeito do graffiti enquanto prática política:

Eu vejo sim como um ato político, entendeu? Porque a gente agora que tá adentrando mais nesse lance, assim, de cobrança pra cultura de nossa cidade, de Nossa Senhora do Socorro, chegar até a prefeitura, dizer que a gente tem que ter um evento nacional ou um evento regional aqui em nossa cidade pra poder tá mostrando arte, levando cultura, dando mais vida aos lugares que a gente passa, [...] embora alguns do coletivo não gostem de dizer que é político, eu falo que é uma política apartidária, nós não levantamos bandeira. Nós não temos “ah, se a gestão do prefeito atual cair, o Socorreria cai”. Não, porque nós viemos antes dessa gestão que tá agora, nós somos de 2014, não era o mesmo prefeito, não era a mesma gestão na secretaria, então nós, independente de qualquer lado, nós vamos fazer o nosso protesto, as vezes até um pouco mais direto, com os desenhos, com as figuras, com as gravuras que a gente faz. (Alefake, 09 dez. 2020)

Dessa maneira, é possível notar na fala do representante do coletivo o processo de desinstitucionalização da participação política das juventudes discutido no tópico 1.4. Essa participação política, no caso do Coletivo Socorreria, é vista materializada na arte de rua, bem



como sob a forma de um coletivo para a reivindicação de direitos (assim como discutido no tópico 2.1).

Outro ponto a ser frisado é da caracterização feita por Fake do Coletivo Socorreria enquanto apartidário. Ao ser entrevistado, o representante enfatizou o descontentamento que sente diante da gestão de prefeitos e governadores. A desagregação mencionada no parágrafo anterior, então, surge de um contexto de desconfiança na política partidária; motivados por esta desconfiança, os jovens grafiteiros passam a articular-se fora da esfera da formalização. A arte de rua encontra um terreno fértil nesse cenário: Fake afirma que já realizou obras de graffiti com teor político, embora não fossem, em alguns momentos, no âmbito do Coletivo Socorreria. Suas colocações servem como exemplo deste fenômeno:

Eu faço a pichação, mas não pichação qualquer, banal, eu faço pichação contra o governo, faço frases políticas, contra a política que rouba. Eu tento denunciá-los através da arte, também. [...] Nós demonstramos toda essa banalidade que vem ocorrendo com a gente através da arte. (Alefake, 09 dez. 2020)

É possível, além disso, associar as colocações de Fake ao que Delgado (2013) entende por ativismo – modalidades de ativismo em um formato artístico. Para o autor, há uma crescente expansão dessa forma de ativismo nas sociedades contemporâneas, ativismo este que se posiciona frente a determinadas dinâmicas socioeconômicas por meio do trabalho de pintores, publicitários, arquitetos, designers e outras profissões que envolvem o trabalho criativo, sendo este direcionado a fins políticos. Delgado (2013) destaca que a arte política possui um formato e uma intencionalidade específicos, explicitados a seguir:

Los mensajes formales y visuales del actual arte militante aspiran a que se reconozcan en su ejecución los diferenciales que les distinguen tanto del arte público en general como de la agitación artística convencional, especialmente por lo que hace a una vocación mucho mayor de interacción con los marcos en que se despliegan y en el propósito de que los estímulos sensitivos, emocionales o ideológicos procurados por el acto artístico sean, en un sentido literal, desencadenantes, es decir propicien un despertar no sólo de la consciencia, sino también de los cuerpos a la acción política. (DELGADO, 2013, p. 69)

Ao ser indagado sobre o entendimento das juventudes diante do graffiti enquanto instrumento político, Fake afirma que há um reconhecimento da prática enquanto ferramenta de transformação social. O graffiti passa, então, a proporcionar mecanismos de agência a jovens em situação de vulnerabilidade e exclusão, por meio da afirmação (mediada pela arte) de suas respectivas identidades no espaço público.

Por meio de tais práticas, tanto os jovens que compõem o coletivo quanto os jovens que são seu público-alvo estariam “resistindo à dominação por meio de uma série de maneiras, mas também tentando sustentar seus próprios projetos culturalmente constituídos, fazer ou sustentar

certo tipo de autenticidade cultural (ou, no caso, pessoal) ‘nas margens do poder’”. (ORTNER, 2007, p. 69). Nas palavras de Almeida (2013, p. 94), “é nesta fuga dos modelos tradicionais de se intervir no social que figuram o graffiti e a pichação como práticas políticas.” Fake evidencia esta questão:

Eles entendem que o graffiti é uma arte da periferia, o graffiti é uma arte que dialoga com a sociedade, é uma arte que representa essa parte da sociedade que é calada, que é muda, né? Então eles veem o graffiti como uma forma de eles encontrarem um espaço de voz. [...] Eu falo dessa juventude que compra a nossa ideia, eles realmente gostam disso, sabe? Eles aprovam muito a ideia do graffiti. (Alefake, 09 dez. 2020)

Durante a entrevista, Fake também abordou a pouca disponibilidade de políticas públicas, com ênfase no setor das artes. É pertinente frisar que, ainda que se refira ao campo artístico em específico, uma quantidade considerável dos artistas de rua são jovens. As colocações do grafiteiro acerca da situação de políticas públicas para os artistas e para a classe trabalhadora evidenciam a falta de confiança dos jovens na política institucionalizada, como pontua Augusto (2008). Fake se estende sobre problemáticas envolvendo a Lei Aldir Blanc, responsável por incentivar financeiramente artistas locais, e aborda questões envolvendo a presença do poder público nesse contexto:

Houve essa demanda de trabalhos, de investimentos pra o pessoal da arte de cada estado por conta dessa lei e por conta dos editais que saíram depois dessa lei ser aprovada, então o governo veio arcando com diversos trabalhos e tal, aí assim ficou legal, mas pra mim ainda tá muito devagar. [...] Esperou dar uma pandemia, a pessoa ficar sem recurso nenhum pra poder tá chegando junto dos artistas, e não só dos artistas, mas de toda a classe trabalhadora do Brasil, que tem muita... não é escravidão, mas é uma parada que é semelhante, só tá mudando os nomes. Então eu vejo muito descaso ainda em nosso atual governo e nos antigos, por isso não levanto bandeira. (Alefake, 09 dez. 2020)

Tendo em vista as observações feitas acima, pode-se entender as práticas do Coletivo Socorreria enquanto propriamente políticas – ainda que tais jovens não estejam associados a partidos políticos ou ocupem cargos públicos. O coletivo, assim como o Coletivo MUDE, também problematiza a disponibilidade de políticas públicas voltadas à juventude e às artes no município de Nossa Senhora do Socorro e no estado de Sergipe. Na perspectiva do representante do Coletivo Socorreria, o poder público não chega aos jovens e aos circuitos artísticos como deveria; a quantidade de recursos destinados a esse âmbito não é suficiente para suprir a carência que o público mencionado apresenta, e, dessa maneira, os coletivos se organizam à sua própria maneira para propor iniciativas visando o engajamento das juventudes.

É possível, portanto, relacionar as estratégias do Coletivo Socorreria (como também visto no caso do Coletivo MUDE) ao que Ortner (2007) entende por agência de projetos, visto que as ações envolvendo a difusão da prática do graffiti para as juventudes se situam enquanto projetos culturalmente constituídos por sujeitos sociais – sujeitos estes representados tanto pelos membros do coletivo quanto pelos jovens contemplados por essas ações. Esses projetos posicionam-se frente a uma estrutura de poucas oportunidades proporcionadas pelo poder público, representando a possibilidade de ação por parte de jovens que buscam ser ouvidos.

Pude perceber, nos últimos dois subtópicos voltados às formas de mobilização e agência das juventudes a partir dos coletivos MUDE e Socorreria, que em ambos os casos o engajamento político se dá fora da política partidária, ao mesmo tempo em que, em alguns momentos, setores mais formalizados são acionados de forma estratégica. Se no caso do Coletivo MUDE esse engajamento para além da política partidária é motivado por uma busca de maior autonomia política no contexto do movimento estudantil, no caso do Coletivo Socorreria o mesmo engajamento ocorre motivado pela desconfiança dos agentes na política formal. Pude notar, além disso, que um ponto comum a ambos os fenômenos se dá no movimento constante, por parte das juventudes, de construir seus próprios mecanismos de agência; seja por meio da educação, seja por meio das práticas artísticas, ou mesmo por meio da fusão de ambas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio deste trabalho de conclusão de curso, foi possível enumerar uma série de discussões sobre juventudes, políticas públicas, novas formas de participação política e também sobre o papel dos coletivos juvenis nesse processo. Antes de discorrer sobre as considerações teóricas e empíricas acerca do presente trabalho, considero pertinente trazer uma reflexão sobre as dificuldades de adaptar e pensar a pesquisa durante a pandemia de COVID-19. Nesse contexto, o contato presencial com os entrevistados foi inviabilizado devido à necessidade do distanciamento social; todas as entrevistas foram realizadas de maneira remota. Por um lado, a facilidade e agilidade proporcionadas pelos meios de comunicação remotos tornou possível o contato com todos os representantes dos coletivos neste contexto atípico; por outro lado, indagações e reflexões que apenas o contato presencial proporciona foram impossibilitadas.

Nas primeiras considerações de ordem teórica postas no primeiro capítulo, pude constatar a multiplicidade de abordagens envolvendo o que se entende por juventudes, bem

como sua influência nas discussões contemporâneas desse campo de estudos. Ao discutir desde o estrutural-funcionalismo da década de 1940 até a Escola de Birmingham dos anos 1970 e as teorias atuais sobre juventudes e estilos de vida, pude notar uma série de diferenças na maneira como os jovens foram analisados pelas ciências sociais. Nas primeiras teorizações acerca das juventudes, estas ainda eram estudadas tendo como base categorias etárias, e instituições como o universo escolar eram tomadas como seus pontos de referência. Em um segundo momento, referente aos estudos de Birmingham, começa a ser visto o potencial das juventudes em contestar as implicações da “cultura paterna”. Já na atualidade, é possível estabelecer uma série de questionamentos sobre o que significa, afinal, ser jovem, visto que esta categoria já não se prende unicamente a variáveis de idade, e tampouco de classe, na qual a questão dos estigmas, das identificações sociais e dos seus reconhecimentos se tornam importantes. Nesse sentido, Ennes e Marcon (2014) apontam que, na contemporaneidade, as identidades podem ser vistas como processos interdependentes mediados por relações de poder. É possível, com base nestas colocações, aprofundar-se na diversidade de sistemas de significados construídos pelas juventudes, configurando novas culturas que se inserem em cenários como a vida urbana.

Ainda no primeiro capítulo, também discuti questões sobre políticas públicas no Brasil e em Sergipe. Perpassei discussões sobre o que é a política pública e como esta tem sido aplicada em diversos momentos da história, com ênfase no período após a redemocratização. Enumerei as iniciativas que foram realizadas e documentadas a nível estadual e nacional, bem como seus avanços e áreas que não foram contempladas por tais políticas. Temas como o atraso por parte de órgãos brasileiros em tratar questões referentes à juventude e a consolidação dos primeiros conselhos e estruturas administrativas no país e em Sergipe foram explorados a fim de proporcionar um melhor entendimento da temática. Nesse sentido, concluí que é possível citar uma série de iniciativas para o público jovem por parte dos governos federal e estadual, mas tais iniciativas ainda não contemplam a juventude de maneira plural – esta questão foi evidenciada posteriormente nas entrevistas com os representantes dos coletivos, que são jovens e ativos politicamente, e que não se veem contemplados pelo poder público.

No segundo capítulo, foi possível visualizar com mais clareza as proporções adquiridas pelos coletivos enquanto ferramentas de atuação política por parte dos jovens no Brasil e em Sergipe. Como visto na revisão da bibliografia especializada, os coletivos estabelecem-se enquanto formas de organização autogestionadas que têm adquirido força nos últimos anos, principalmente quando relacionadas às reivindicações das juventudes por direitos. Dessa

maneira, é possível relacionar os agrupamentos das juventudes em coletivos ao associativismo juvenil conceitualizado por Augusto (2008).

Partindo das indagações suscitadas pelas discussões do segundo capítulo, concordo com Fuentes (2007) quando menciona a necessidade de se compreender o político a partir dos próprios jovens, que por sua vez já não se veem tão refletidos na política partidária. Entender o fenômeno dos coletivos juvenis tomando modelos políticos tradicionais como única referência anula a possibilidade de se entender novas formas de se exercer a ação política (FUENTES, 2007), e também de compreender as motivações dos novos atores que se inserem nesse contexto.

Após a discussão bibliográfica, enumerei alguns coletivos localizados na Grande Aracaju, bem como suas áreas de atuação. Ao realizar o mapeamento destes coletivos, a pluralidade de pautas e formas de se fazer política tornou-se evidente. Foi possível localizar coletivos que abordam pautas antirracistas, feministas, ambientalistas, bem como uma diversidade de coletivos ligados ao movimento hip-hop. Esta pluralidade de pautas também pode ser vista nos contextos dos coletivos escolhidos enquanto objeto de pesquisa do presente trabalho, MUDE e Socorreria Arte Urbana. No primeiro caso, o contexto do qual deriva o Coletivo MUDE se dá no âmbito do movimento estudantil, tendo como principais atividades o engajamento de adolescentes e jovens em pautas educacionais. Já o Coletivo Socorreria, como visto, articula o fazer político ao graffiti enquanto estratégia de engajamento das juventudes – estratégia esta que pode ser percebida nas suas iniciativas em instituições responsáveis por jovens em situação de vulnerabilidade social.

No terceiro capítulo, tratei a questão das trajetórias das lideranças dos coletivos, bem como as modalidades de mobilização e atuação dessas organizações. No primeiro subtópico do capítulo, referente às trajetórias, trouxe as narrativas de dois líderes que se situam em contextos distintos, mas que evidenciam trajetórias de envolvimento com questões políticas, institucionais e artísticas, e como estas trajetórias se refletem na consolidação dos coletivos. Para uma análise sociológica do material coletado nas entrevistas a estes dois jovens, utilizei como aportes teóricos os conceitos de capital social e cultural propostos por Bourdieu (2015) e as considerações Dubar (1998) sobre trajetórias sociais e processos identitários. A partir dos conceitos de Bourdieu (2015), constatei como os capitais social e cultural tornam-se ferramentas importantes na consolidação de figuras de liderança nos campos em que se encontram, possibilitando sua articulação política em diferentes sentidos.

Em seguida, no segundo e terceiro subtópicos, tratei das formas de mobilização e agência a partir dos coletivos MUDE e Socorreria Arte Urbana. Nesse sentido, percebi que ainda que seja possível enumerar divergências de ordem prática nas estratégias de cada coletivo, a cultura e a arte enquanto ferramentas de transformação social podem ser tidas como constantes nas pautas de cada um dos coletivos. Nesse sentido, é pertinente acionar o conceito de ativismo, pensado por Delgado (2013), e o conceito de culturalização da política proposto por Reguillo (2003), discutido no tópico 2.1. Segundo a autora, esse fenômeno “es hoy más que un debate en las ciencias sociales, un principio que está reconfigurando lentamente la política, erosionando sus certezas, su institucionalidad, su lenguaje.” (REGUILLO, 2003, p. 27). Ambos os representantes dos coletivos reconhecem a potência da música, da dança, das artes plásticas e de rua na formatação de novas estratégias de afirmação de identidades e de ressignificação do espaço público, práticas em si políticas. Como também observa Reguillo (2003), é necessário ler em termos políticos as expressões culturais dos jovens. Além disso, eu também diria que é necessário lermos em termos culturais as expressões da mobilização e da participação política contemporânea das juventudes.

Partindo das observações feitas acima, um ponto central a ser enfatizado se dá na escolha por parte destes jovens e destes coletivos de que o campo da expressão e da atuação cultural é um campo político significativo de transformação, que atinge transversalmente diferentes grupos sociais. Além disto, em ambos os casos a atuação dos jovens nos coletivos os levou ao envolvimento com a política pública, cada uma ao seu modo; se, no primeiro caso, o coordenador do Coletivo MUDE representa as juventudes em cargos institucionais, o representante do Coletivo Socorreria segue problematizando a garantia de políticas públicas por meio do graffiti.

Pude constatar que a escola, a rua e a internet são os lugares a partir dos quais as juventudes vêm construindo seus entendimentos de mundo, incluindo o aprendizado sobre as formas de fazer política, de se auto-organizar, de reivindicar, de protestar e de atuar frente a diferentes demandas e causas que os afligem, associando-se ou não, em algum momento, a partidos políticos. Também pude constatar que em ambos os casos, são formas de socialização, de aprendizado e de comunicação com características geracionais específicas que demonstram todo esse processo. Estas questões têm consequências na relação entre a institucionalização e o alcance efetivo da política pública para as juventudes, e o envolvimento e a forma com que tais coletivos as reivindicam, criando um descompasso entre normas e práticas. Além disso, estas

questões também permitem pensarmos sobre atuação política dos coletivos juvenis em termos mais gerais, como tratado no presente trabalho de conclusão de curso.

Outra observação que pode ser feita, ainda que não se refira diretamente à problemática da presente pesquisa, diz respeito ao contraste percebido entre os representantes dos dois coletivos estudados, contraste este que demonstra a pluralidade das juventudes; a pluralidade de modos de vida, de estilos de vida entre os jovens. O primeiro entrevistado conta com uma trajetória mais institucionalizada, manifesta por meio da ocupação de cargos públicos, enquanto segundo entrevistado apresenta uma vida dedicada à arte de rua pelo país. Ambos se consideram e podem ser entendidos sociologicamente como jovens, ainda que dotados de vivências distintas. Porque, como visto nas considerações teóricas do presente trabalho, a juventude precisa ser considerada tanto em sua aparente unidade quanto em sua diversidade (PAIS, 2003). Tais diferenças, além disso, também podem ser vistas nas estratégias de mobilização política acionadas por cada um dos representantes.

É necessário, também, problematizar a disponibilidade de políticas públicas voltadas às juventudes no estado de Sergipe, e em especial na grande Aracaju, zona que a presente pesquisa buscou analisar. Como visto no tópico 1.3, são poucos os municípios que possuem secretarias ou coordenadorias voltadas especificamente a este público, e em menor quantidade ainda os que possuem verba própria para o setor. Os dois entrevistados reiteraram a pouca disponibilidade de políticas de juventudes, e complementaram suas problematizações ao enfatizar o escasso contato do poder público com organizações das juventudes. Nesse sentido, é relevante o papel de órgãos como o Conselho Estadual da Juventude, responsável por representar institucionalmente as juventudes do estado. Contudo, sem um auxílio efetivo da administração ao colocar as juventudes enquanto prioridades, esta parcela da população continuará sem ter todas as suas demandas atendidas. Além disso, ambos os coletivos constatarem que esse mesmo poder público não chega às juventudes como deveria – seja no âmbito do movimento estudantil, seja no âmbito da arte de rua.

Como visto no capítulo III, o engajamento das juventudes em uma participação política fora dos limites da formalização se dá devido a um decréscimo da confiança destes jovens na política institucionalizada. Entretanto, além deste fator, cabe mencionar algo que pode constatar: não há um diálogo constante entre o poder público e as juventudes. Além da execução da política pública por parte dos governos e prefeituras, os jovens também reivindicam sua participação nesse processo. Cabe ao poder público, portanto, abordar as juventudes para

compreender: o que estes jovens entendem por política pública? Quais áreas temáticas consideram urgentes?

Nesse sentido, também é pertinente frisar a necessidade da elaboração e da execução de políticas públicas que contemplem a juventude enquanto categoria social plural. A participação dos coletivos juvenis nesse processo de implementação de políticas públicas é fundamental, visto que os mesmos já se organizam ativamente enquanto mecanismos de contestação política e de reivindicação de direitos. As políticas públicas voltadas aos jovens apresentariam maior eficiência se dotadas de um caráter transversal, contando com a presença tanto de gestores públicos quanto de representantes de coletivos das juventudes ao pensar tais iniciativas. Como sintetiza Machado Pais (2005, p. 63): “Nenhuma cidadania pode ser reivindicada quando o acesso à autonomia é vedado. Embora os jovens sejam considerados dependentes de socializações de vária ordem, eles reclamam direitos de autonomia”.

Foi possível evidenciar, tanto na entrevista com o coordenador do Coletivo MUDE quanto em entrevista feita com a gestora da Secretaria de Juventudes de Nossa Senhora do Socorro<sup>21</sup>, que há uma mudança na forma de as juventudes entenderem a comunidade e o espaço público quando é viabilizada sua intervenção nestes contextos. Isso lhes dá um sentido de agência diante das situações de vulnerabilidade que alguns jovens enfrentam, e sustento que a ideia de protagonismo juvenil pode ser aplicada se pensada nesse sentido. Esta agência pode ser tanto criativa quanto política; ao reunir elementos do cotidiano (como o teatro, a música e o graffiti), tais coletivos intervêm em suas respectivas comunidades a partir de sistemas de significados conhecidos pelas juventudes locais, proporcionando aos jovens a possibilidade de agir diretamente em tais contextos. Concluo que, através de tais recursos, são pensadas novas modalidades de se atuar politicamente por novas gerações que se inserem na arena pública.

Cabe enumerar, além disso, uma série de questões que poderão ser trabalhadas em outras pesquisas, tais como: quais são as modalidades de participação política de outros coletivos na Grande Aracaju? Os coletivos juvenis configuram-se enquanto práticas de participação política em outros municípios do estado, para além da região metropolitana? Qual a visão dos gestores públicos à frente de secretarias e coordenadorias a respeito dos coletivos? Estas e ainda outras questões podem ser formuladas para entendemos melhor o tema da relação entre juventudes e políticas públicas, buscando não só contribuirmos para análise destes envolvimento,

---

<sup>21</sup> Entrevista realizada para o projeto de pesquisa de iniciação científica (PIBIC) “Políticas Públicas e Juventudes em Sergipe: protagonismos versus precariedades”.



entendimentos e participações, mas também para com o debate sobre os conceitos, as construções e as eficácias de tais políticas.

Por fim, considero pertinente pontuar que as leis e estruturas administrativas criadas para as juventudes, tanto na esfera federal quanto estadual, foram fruto de diversas reivindicações desta categoria social. Na presente monografia, pude evidenciar a diversidade de demandas e frentes de atuação política contempladas pelos jovens, e pude constatar que este grupo segue problematizando a disponibilidade de políticas públicas voltadas aos mesmos. Seguem, portanto, reivindicando as pautas que consideram urgentes, mesmo quando não são plenamente atendidos; os coletivos ocupam um papel central nesse processo, enquanto organizações feitas por e para os jovens que articulam todas essas demandas. Pude constatar, portanto, que os movimentos das juventudes podem tomar proporções distintas ao refletir-se forma frequente na produção artística e nas práticas do cotidiano – o que não os faz menos políticos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, p. 12, 1997;

ALMEIDA, G. **Política, subjetividade e arte urbana: o graffiti na cidade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013. **Revista Políticas Públicas**, v. 18, p. 41, 2014.

ARIÈS, Philippe. Las edades de la vida. In: **Ensayos de la memoria**. pp. 327-341. Santafé de Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1995.

AUGUSTO, Nuno Miguel. A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 81, p. 155–177, 2008.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2015.

\_\_\_\_\_. Os três estados do capital cultural. In: **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2015.

BRASIL. **Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas**. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Editoração e Publicações, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

CAMPOS, Ricardo; SARROUY, Alix. Juventude, Criatividade e Agência Política. **TOMO**, n. 37. jul./dez. 2020.

CANCLINI, Néstor García (Org.). **Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales: prácticas emergentes en las artes, las editoriales y la música**, Primera edición. Barcelona: Editorial Ariel, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignación y esperanza: los movimientos sociales en la era de Internet**. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

CAVALCANTE, Itanamara. **Juventude em pauta: o processo de construção da política pública de juventude em Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

CHARLOT, Bernard. **Juventudes Sergipanas: relatório de pesquisa**. Aracaju: Editora J. Andrade, 2006.

COUTO, M. Jovens e juventudes sergipanas: em busca de identificações. In: **Anais do IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade - EDUCON**. Universidade Federal de Sergipe, 2010.

DELGADO, Manuel. Artivismo y pospolítica. Sobre la estetización de las luchas sociales en contextos urbanos. **Quaderns-e**. Institut Català d'Antropologia. N. 18 (2) 2013 pp. 68-80.

DIÓGENES, Glória. Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas. In: MENDONÇA FILHO, M., and NOBRE, MT., orgs. **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa**. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFES, 2009.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. In: **Educação e Sociedade**. 1998, vol.19, n.62, pp.13-30.

ENNES, Marcelo Alário; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias**, v. 16, n. 35, p. 274–305, 2014.

FEIXA, Carles. **De la generación @ a la # generación: la juventud en la era digital**. Barcelona, NED, 2014. 349p.

\_\_\_\_\_. **Bandas y tribus: antropología de la juventud**. 2. ed. Barcelona: Editora Ariel, S.A., 1999.

FREIRE, Silene de Moraes. Movimento Estudantil no Brasil: lutas passadas, desafios presentes. **Rhela** v. 11, p. 131-146, 2008.

FREITAS, M. **Jovens mulheres, hip-hop, estilo de vida e feminismo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, 2018.

FUENTES, Katia Valenzuela. Colectivos juveniles: ¿inmadurez política o afirmación de otras políticas posibles?, **Última década**, v. 15, n. 26, 2007.

FURTADO, Janaina Rocha. Tribos urbanas: os processos coletivos de criação no graffiti, **Psicologia & Sociedade**. v. 24, n. 1, p. 217–226, 2012.

FUSARO, Luana. **Juventude e ocupações culturais em Aracaju: da arte ao protesto**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Sergipe. 2018.

GAGGERO *et al.* Graffiti, Espacio Social y Política. In: **Comunicación y medios**. n. 13, p. 101-110, 2002.

GALVÃO, L. SANTANA, J. OLIVEIRA, A. Perspectiva Institucional dos Sentidos das Juventudes nas Políticas Públicas em Sergipe: uma análise a partir das representações de juventude pelos gestores públicos. In: **Anais do III Seminário Nacional de Sociologia da UFS**. v. 3, p. 1-15, 2020.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina, **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 439–455, 2008.

\_\_\_\_\_. Os Jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. In: **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 01, n. 02. jul/dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Manifestações e Protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. 1º ed. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

GROPPO, Luís Antonio. Juventudes e políticas públicas. **Desidades**, n. 14, v. 5. p. 9, 2017.

HALL, Stuart; Jefferson, Tony. (orgs.) **Resistance through rituals: youth subcultures in post-war Britain**, London: Routledge, 2003.

HONWANA, Alcinda. Juventude, Waithood e Protestos Sociais em África. In: BRITO, Luís de *et al.* (org.) **Desafios para Moçambique 2014**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2014.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Estudos Sociais**, n. 2, 1986, p. 41-47.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAIA, Gretha Leite. A Juventude e os Coletivos: como se articulam novas formas de expressão política, **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 8, n. 1, p. 58, 2013.

MALFITANO, Ana Paula Serrata. Juventudes e contemporaneidade: entre a autonomia e a tutela. **Etnográfica**, n. vol. 15 (3), p. 523–542, 2011.

MARCON, Frank. Agências estetizadas, geração digital, ativismos e protestos no Brasil, **Ponto Urbe**, n. 23, 2018.

\_\_\_\_\_. Geração e juventude na era digital. **Política & Sociedade**, v. 15, n. 32, p. 332, 2016.

\_\_\_\_\_. O kuduro como expressão da juventude em Portugal: estilos de vida e processos de identificação. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 1, p. 75–90, 2013.

\_\_\_\_\_; FILHO, Florival de Souza, Estilo de vida e atuação política de jovens do hip-hop em Sergipe. **Revista de Antropologia**, v. 56, p. 36, 2013.

\_\_\_\_\_. NORONHA, D. (Orgs.) **Juventudes e movimentos**. Aracaju: Criação, 2018.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. (Orgs.) **Diálogos com os estudos culturais: representações, identidades e poder**. São Cristóvão: Editora UFS, 2020.

MEAD, Margaret. A adolescência em Samoa. In: CASTRO, Celso. (org.). **Cultura e personalidade: Ruth Benedict, Margaret Mead, Edward Sapir**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015. p. 17-65.

MENDES, Gilmar. Estatuto da Juventude. **Revista de Direito Sanitário**, v. 11, n. 3, p. 203, 2011.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 66, p. 117–149, 2003.

\_\_\_\_\_. Cultura e política: A experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 81, p. 179–207, 2008.

NETO, Mateus Antônio. **Juventudes e estilos de vida: sociabilidades no bairro Siqueira Campos**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Sergipe. 2012.

OLIVEIRA, Mariana Lins de; MARQUES, Luciana Rosa. Políticas de Juventudes: histórias de vida, educação e resistência, **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, p. 1203–1222, 2016.

OLIVEIRA, T. **O rock e o sertão: juventude, consumo e estilo de vida em Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Sergipe. 2013.

ORTNER, S. Uma atualização da teoria da prática. In: Miriam Pillar Grossi, Cornelia Eckert, Peter Henry Fry (orgs.) **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia: Goiânia, 2006**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

\_\_\_\_\_. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: Miriam Pillar Grossi, Cornelia Eckert, Peter Henry Fry (orgs.) **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia: Goiânia, 2006**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

PAIS, José Machado. Jovens e Cidadania. **Sociologia, problema e práticas**, n.º 49, 2005, pp. 53-70 .

\_\_\_\_\_. **Culturas Juvenis**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003.

PLEYERS, Geoffrey. Ativismo das ruas e on-line dos movimentos pós-2011. In: **Lutas Sociais**. São Paulo, vol.17 n.31, p.87-96, jul./dez. 2013.

REGUILLO, R. Ciudadanías Juveniles en América Latina. In: **Última década**, v. 11, n. 19, 2003.

SANTOS, Célio José dos. Os Saraus de Poesia - Cultura, Política e Juventude em Movimento. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**. v. 9, n. 2, p. 209–230, 2019.

SANTOS, J. **“As manifestações de junho de 2013 pra gente não acabou”: um estudo sobre as formas de contestação no Coletivo Debaixo em Aracaju**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe. 2017.

SILVA, A. **Juventudes, Hip-hop e Políticas Públicas na Grande Aracaju**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe. 2020.

SILVA, Lucas Vieira Santos. **Juventude, Escola e Atos Infracionais: experiências e histórias de vida dos jovens em conflitos com a lei**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Sergipe. 2019.

SILVA, W. **A galera da catedral: representações de um estilo de vida underground e lógicas de apropriação do espaço urbano**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe. 2011.

SILVA, L; OLIVEIRA, A. Juventudes e Políticas Públicas. In: **Perspectivas em Políticas Públicas**. vol. XIII. N. 26. mai/ago 2020.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil, **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 16–39, 2003;

TAVOLARI, Bianca *et al.* As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015-2016): entre a posse e o direito à manifestação. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 37, n. 1, p. 291–310, 2018.

UN, General Assembly. International Youth Year: Participation, Development, Peace. In: **Resolutions and decisions adopted by the General Assembly during its 40th session**. New York: UN, 25 Nov. 1985.

## **ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS LÍDERES DOS COLETIVOS**

1. Qual seu nome completo?
2. Qual a Data e o Local de seu Nascimento?
3. Qual a sua Formação escolar?
4. Qual sua Profissão/Atividade atual?
5. Você é ou foi filiado a algum partido político? Qual? Quando?
6. Fale um pouco da sua trajetória de envolvimento político com o tema das juventudes.
7. Quais as principais atividades do grupo? fale um pouco de como vocês atuam e o que fazem.
8. Você exerce alguma representação política institucional?
9. Você se considera jovem? Como você define o conceito de juventude?
10. Você poderia falar como você vê a realidade da juventude no seu entorno?
11. Na sua opinião, quais são os problemas mais sensíveis que as juventudes enfrentam atualmente?
12. Qual o seu entendimento sobre políticas públicas para as juventudes?
13. Você conhece e/ou participa ou participou de algum conselho da juventude?
14. Você sabe como funcionam as políticas públicas para as juventudes no seu município?  
Fale do seu conhecimento sobre isto.
15. Você acha que as políticas públicas para as juventudes são eficazes? Quais? De que modo?
16. Você acha que o poder público proporciona espaço físico, recursos e infraestrutura para estas políticas? Quais espaços e atividades você conhece?
17. Quais as áreas temáticas que você considera que deveriam ser prioritárias na área destas políticas?
18. Como você acha que deveria funcionar a elaboração, execução e avaliação destas políticas?
19. Você acha que os coletivos e movimentos juvenis participam efetivamente da criação das políticas? De que forma?
20. No seu entendimento, atualmente quais são as principais reivindicações dos coletivos e movimentos sociais das juventudes?
21. Como você acha que se dá a comunicação entre o poder público e os jovens e suas demandas?

22. Como você acha que deveria funcionar a política pública para as juventudes no seu município?
23. No mais, antes de encerrar, gostaria de agradecer e deixar a palavra à vontade para que você possa tecer considerações livres sobre o tema.

[FIM DA ENTREVISTA]